

**ATA**

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, no Pavilhão Gimnodesportivo da Escola E.B. 2,3 de Pevidém, na Vila de Selho S. Jorge, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, Luísa Francisca de Abreu Pedroso e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Pelas 10:10 horas o Presidente da Câmara agradeceu, especialmente, à Professora Cristina Guise, Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Pevidém, a EB 2,3 de Pevidém, por ter disponibilizado as instalações da Escola para realização desta reunião. Agradeceu, ainda, às adjuntas da Direção do Agrupamento de Escolas de Pevidém, Professoras Sílvia Magalhães e Micaela Marques, ao Presidente da Junta de Freguesia de Selho S. Jorge, Angelino Salazar, ao Presidente da Assembleia de Freguesia de Selho S. Jorge, José Francisco Pereira Campos, à Tesoureira da Junta de Freguesia de Selho S. Jorge, Maria Rosa Mendes, à Presidente da Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho, Odete Santos, ao Presidente da Junta de Freguesia de Gondar, José Augusto Gonçalves da Cunha, à Presidente da Junta de Freguesia de Selho S. Cristóvão, Marta Filipa da Silva Gonçalves, ao Presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Carlos

Alberto Ferreira Martins, ao Presidente da Assembleia de Freguesia de Silvaes, Vítor Marques, ao Presidente do Conselho de administração da VIMÁGUA, Dr. Armindo Costa e Silva, ao Pároco de S. Jorge de Selho e Paraíso, Reitor Serafim da Silva Ferreira, ao Pároco de S. João Batista de Gondar, Padre João Luís Santos Matos, ao Maestro da Sociedade Musical de Pevidém, Vasco Faria, ao Vice-Presidente da Sociedade Musical de Pevidém, Ricardo Lemos, ao Tesoureiro da Direção da Sociedade Musical de Pevidém, André Fernandes, ao Grupo de Metais da Sociedade Musical de Pevidém, ao Presidente da Associação "Os Rotos BTT", José Mendes, ao ator e responsável artístico do Grupo de Teatro Coelima, José Miguel Torres, ao Delegado do Grupo de Teatro Coelima, Herculano Fernandes, ao Presidente da Direção da Associação das Festas de S. Jorge, Alberto Pereira, ao Chefe Adjunto do Agrupamento 546 do CNE de Selho S. Jorge, Francisco Alexandre Moreira, ao Chefe dos Serviços Gerais do Centro Infantil de Pevidém, Paulo Silva, ao Presidente da Direção do Pevidém Sport Clube, Alfredo Silva, aos alunos de duas turmas da Escola EB 2,3 de Pevidém, aos Professores da Escola EB 2,3 de Pevidém, aos senhores jornalistas dos vários órgãos de comunicação social e aos munícipes, de modo especial aos Pevidenses presentes nesta reunião. De seguida, agradeceu a disponibilidade para este projeto de descentralização das reuniões do Executivo aos Senhores Vereadores e à equipa técnica da Câmara Municipal. -----

No seguimento, anunciou que, antes de se iniciarem os trabalhos os trabalhos, um quinteto de metais da Banda Musical de Pevidém iria oferecer uma atuação aos presentes. Terminada a atuação, o Presidente da Câmara agradeceu ao quinteto de metais da Banda Musical de Pevidém a presença na sessão, felicitando-os pela qualidade e brilho da sua prestação. -----



Nesta ocasião, o Presidente da Câmara saudou o regresso da Vereadora Luísa Pedroso após ausência por motivo de licença de maternidade. -----

Seguidamente, o Presidente da Câmara concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Selho S. Jorge, Angelino Salazar, que tomou a palavra lendo, em voz alta, um documento cujo teor se transcreve: "Exmo. Sr. Presidente da câmara Municipal de Guimarães, Sr. Dr. Domingos Bragança, Exmos Srs. e Sras. Vereadoras; Exmos Srs. e Sras. Presidentes de Junta de Freguesia; Exmo Sr. Diretor do Agrupamento de escolas de Pevidem; Exmos Srs. representantes das instituições, associações e empresas locais, Exmo. Público, Gostava de dar as boas vindas á câmara e dizer-lhes que é sempre uma enorme honra e orgulho recebê-los aqui em Pevidém, e que serão sempre bem-vindos e bem recebidos nesta terra que gosta e sabe receber bem, espero por isso recebê-los cá em muitas mais ocasiões, institucionais ou não. Aproveito também para felicitar o Sr. presidente por esta excelente iniciativa de descentralizar as reuniões de câmara e ao mesmo tempo agradecer-lhe ter aceite o convite para a realizar em Pevidém. Começava a minha intervenção com um pequeno apontamento histórico sobre Pevidém, citando o Sr. Eng.º Raul Rocha no seu livro "Guimarães no séc. XX" no capítulo "A política fora da cidade. Pevidém coração operário" e passo a citar *"A vida política no concelho não se passava só na cidade. Vizela e Taipas eram duas Vilas com forte presença na política concelhia desde os tempos da monarquia e da república. Pevidém começou também a tê-la nestes anos da ditadura, e após o susto quando da proposta de criação do concelho de Riba D´Ave, pelo reconhecimento do poder da existência de uma forte comunidade operaria a que era preciso estar atenta. É a partir da Comissão Administrativa*

presidida por Gonçalo Meira em 1928 que os assuntos de Pevidém passaram a ser um pelouro da vereação, a exemplo do que sucedia com Vizela e Taipas” fim de citação. O que é revelador da importância e preponderância que Pevidém tinha na vida do concelho já há praticamente um séc. atrás, mas diz mais ainda o Eng.º Raul Rocha no seu livro apenas uns parágrafos mais á frente, e passo a citar novamente “ *A industria dos curtumes estava a desaparecer e no início da década de 30, as atenções políticas de Guimarães vão virar-se para Pevidém. Esta localidade tinha na época uma população de 2000 pessoas, das quais 1500 eram operários têxteis. Nas fábricas de Pevidém trabalhavam ainda mais 600 operários residentes em outras freguesias próximas. Havia 17 fábricas principais que pagavam 3000 contos de salários anuais e 400 contos de contribuições ao estado. Na escola primária estavam matriculados 200 alunos (mais do que atualmente em Pevidém), mas continuando. Daí que Pevidém merecesse todas as atenções”*. Quero com esta pequena nota histórica introdutória dizer que Pevidém foi, é e será sempre merecedor de todas as atenções, e não o será apenas por questões bairristas ou egoístas, mas sim por justiça e merecimento próprio. Pevidém merece todas as atenções porque foi e é ainda o principal polo e motor industrial deste concelho. Merece-o também porque foi e será sempre uma vila com enorme orgulho e paixão pela sua cidade e concelho, não temos e não teremos nunca qualquer tipo de tique separatista, antes pelo contrário promoveremos sempre a aproximação á nossa cidade e a integração na sua malha urbana. Tenho por hábito dizer que Pevidém é muito mais do que uma freguesia é o motor e o propulsor de uma região, e cabe-nos a nós responsáveis por ela assumir orgulhosamente essa mesma responsabilidade. Pevidém



sempre teve grandes homens e mulheres, grandes empreendedores e visionários. Industriais que conseguiram projetar e elevar Pavidém a um nível nacional e internacional, a maior parte deles citados no livro do Eng.º Raul Rocha, assim como: Francisco Inácio da Cunha Guimarães, Adelino Ribeiro Abreu, José Correia Guimarães, Alfredo Lopes Correia, Augusto Pinto Lisboa, Albano Coelho Lima e mais recentemente Jaime Pereira Fernandes, Comendador Albano Coelho Lima, entre outros... Estou certo e seguro que o Sr. Presidente compreende e conhece bem a importância e relevância de Pavidém no concelho de Guimarães, e estou certo e seguro também que até final do mandato o Sr. Presidente conseguirá e saberá refletir em investimento e desenvolvimento esta mesma importância que Pavidém tem no nosso concelho. Para terminar Sr. Presidente, cito mais uma vez o Eng.º Raúl Rocha "*Pavidém merece todas as atenções*". Muito obrigado, tenho dito." -----

Na sequência, o Presidente da Câmara concedeu a palavra à Presidente do Conselho Geral da Escola EB 2,3 de Pavidém, Dr.ª Cristina Guise, que tomou a palavra lendo, em voz alta, um documento cujo teor se transcreve: "Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Guimarães; Exmos. Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Guimarães; Exmos. Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia; Minhas Senhoras e meus Senhores, É com enorme alegria que vos recebemos na nossa Escola no âmbito do projeto "Câmara Aberta". É de louvar esta iniciativa da Câmara Municipal, demonstrando interesse pela realidade do Município. Além de descentralizar, importa antes realçar, a preocupação de estar próximo e contactar com a realidade vivida pelos Municípes, Empresas e Instituições. É importante para as pessoas sentirem essa preocupação de quem elegeram. É importante para as

empresas, geradoras de emprego e riqueza, saberem que podem contar com quem governa. É importante para as instituições, de educação, de solidariedade social, de lazer e desporto, saberem que existe um parceiro que se preocupa e quer estar presente. Importa também, estar atento às necessidades de cada um, que serão muitas com certeza e difíceis de suprir pela escassez de meios. Será necessário encontrar soluções para suprir essas necessidades. É desejável que se faça em conjunto, chamando todos para a solução. Por isso esta iniciativa é importante. Porque aproxima, mas porque essencialmente, une as pessoas em prol do bem comum. Sejam bem-vindos ao Agrupamento de Escolas de Pevidém.” -----

No seguimento, o Presidente da Câmara anunciou que iria ser apresentada uma exposição sobre o estudo da centralidade de Pevidém, elaborado em 2012, dando a palavra ao Arq.º Filipe Fontes, Diretor do Departamento de Urbanismo e de Promoção do Desenvolvimento. -----

De seguida, o Arq.º Artur Corte Real, Chefe da Divisão de Estudos e Projetos, fez a apresentação do projeto de requalificação da antiga EB1 de Bairro para instalações da Academia de Música de Pevidém. -----

Seguidamente, o Eng.º Joaquim Carvalho, Diretor do Departamento de Obras Municipais, fez a apresentação do projeto da ligação da antiga EN 310 à Variante de Creixomil. -----

O Presidente da Câmara, relativamente ao projeto apresentado da ligação da antiga EN 310 à Variante de Creixomil, lembrou que a opção B é defendida pelo Vereador José Torcato Ribeiro. Disse, ainda, que considera urgente a requalificação do Pavilhão Desportivo da EB 2,3 de Pevidém, que disse esperar poder ser realizada brevemente. Informou que a requalificação da Praça



Francisco Inácio exige a aquisição de um palacete abandonado existente no centro da Vila pelo que, a concretizar-se tal aquisição, o imóvel funcionará como Centro Cultural com a instalação de um Polo da Biblioteca Municipal Raul Brandão permitindo, também, alargar a dimensão da Praça Francisco Inácio. -----

-----**INTERVENÇÕES**-----

1 – Vereador André Coelho Lima – a) – Cumprimentou as diversas entidades presentes e, em especial, os anfitriões, Professora Cristina Guise, Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Pevidém e demais representantes da direção do Agrupamento de Escolas, os alunos, para quem se dirige especialmente esta iniciativa da Câmara Municipal pela sua perspetiva pedagógica, o Presidente da Junta de Freguesia de Selho S. Jorge, o Presidente da Assembleia de Freguesia de Selho S. Jorge e demais elementos do Executivo da Junta de Freguesia e membros da Assembleia de Freguesia, o Presidente da Junta de Freguesia de Silvares, as Presidentes das Juntas de Freguesia de Selho S. Cristóvão e Candoso S. Martinho, o Presidente da Junta de Freguesia de Gondar e o Presidente da Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos. Cumprimentou especialmente o Reitor Serafim da Silva Ferreira, bem como o Padre João Luís Santos Matos. Cumprimentou, também, a Direção da Sociedade Musical de Pevidém e o Maestro Vasco Silva Faria, a Associação “Os Rotos BTT”, o Sr. Herculano Fernandes do Grupo de Teatro Coelima, o Chefe Adjunto do Agrupamento 546 do CNE de Selho S. Jorge, o Presidente da Direção do Pevidém Sport Clube, o Presidente da Associação de Moradores da Emboladoura, em Gondar, os empresários e cidadãos presentes. De seguida, disse que as reuniões descentralizadas servem particularmente para que se possa fazer uma reflexão sobre as comunidades, neste caso a Vila

de Pevidém, referindo que qualquer intervenção não é circunscrita à freguesia de Selho S. Jorge mas relacionada com a Vila de Pevidém que extravasa os limites da própria freguesia. Na sequência, definiu Pevidém como o motor industrial e económico do concelho de Guimarães e do Vale do Ave. Disse ser uma das zonas de maior predominância industrial e económica, de trabalho e de labor que caracteriza o concelho e esta zona. Disse, também, que Pevidém é um lugar de relações entre entidade patronal e trabalhadores e que nesta região são particularmente exemplares. Acrescentou que Pevidém é também um muito importante centro cultural pela antiguidade das suas instituições, apontando como exemplo a Sociedade Musical de Pevidém, mas sobretudo pela participação e envolvimento da comunidade considerando que a afirmação cultural de Pevidém está sobredimensionada à própria Vila. Continuou, dizendo que Pevidém nem sempre tem sido o centro do investimento municipal, excetuando um investimento recente que foi a execução da ponte de ligação de Pevidém a Selho S. Cristóvão. Mostrou convergência política com dois dos projetos apresentados, designadamente a cedência da escola de Bairro para instalação da Academia de Música de Pevidém, que havia já defendido numa intervenção realizada em reunião camarária de maio de 2010. Referindo-se aos estudos da centralidade de Pevidém e da requalificação da EB1 de Bairro para instalação da Academia de Música de Pevidém, disse fazer sentido que as traseiras do edifício não contemplassem sanitários mas antes uma abertura para a Praça Francisco Inácio permitindo assim estar voltada para o centro da Vila. Por último, quanto à requalificação do centro cívico, disse concordar particularmente na dimensão em que se procura estender a Praça Francisco Inácio para a zona envolvente à Igreja, essencialmente pelo Salão



Paroquial e Casa Mortuária que devem fazer parte deste grande centro cívico mas também pela intenção de aquisição de um palacete que é um dos raros elementos arquitetónicos de arte nova no norte de Portugal. -----

2 - Vereador José Torcato Ribeiro - Começou por cumprimentar os anfitriões, Dra. Cristina Guise, diretora do Agrupamento de Escolas de Pevidém, bem como o presidente da Junta de Freguesia de Selho S. Jorge, Angelino Salazar. Cumprimentou, também, todos os autarcas, entidades e público presente, saudando, de forma especial, os alunos que participam nesta que é já a terceira edição da iniciativa "Câmara Aberta", proposta eleitoral do Partido Socialista. Referiu a apresentação do projeto para a nova centralidade de Pevidém, que apesar de ser hoje alargada a sua divulgação, foi já objeto de discussão e aprovação em 2012 pelo anterior executivo da Junta de Freguesia. Sobre este projeto disse entender como positiva a intenção de reorganizar o edificado dentro do perímetro do Centro Cívico da Freguesia, composto pelas instalações da Junta de Freguesia, da Escola Primária e da Praça Francisco Inácio. Disse entender como positiva e mais que justa a recuperação e regeneração da Escola Primária, atualmente abandonada, para aí ser instalada a Academia de Música da Sociedade Musical de Pevidém. Saudou a intenção do Município em adquirir o palacete contíguo a este conjunto, atualmente em avançado estado de degradação, com pormenores interessantes de Arte Nova, que passará a ter as funções, dignas, de biblioteca. Mostrou algum desapontamento sobre o que se pretende das acessibilidades, mais concretamente com a ligação de Pevidém ao centro da cidade de Guimarães referindo que sobre esta matéria o que o Município se propõe fazer é apenas melhorar parte do traçado atual, não havendo qualquer

intenção, nem em projeto, para uma melhor e mais eficaz (mais rápida) ligação entre os centros da vila e da cidade. Saudou, igualmente, a apresentação à Estrada de Portugal de duas propostas de ligação entre a rotunda de Mouril e a Variante de Creixomil, registando a elegância do Presidente da Câmara que, nesta reunião, identificou como sendo da CDU uma destas propostas. Acrescentou que sobre esta matéria a CDU sempre defendeu que a ligação à Variante de Creixomil se deveria fazer alargando o atual traçado, com mais uma via descendente, sendo a da direita condicionada para quem quer ir para o centro, entre a rotunda de Mouril e a de Silvares. Com esta solução, disse acreditar que se pouparia dinheiro, resolver-se-iam de imediato as grandes dificuldades de acesso ao centro da cidade em horas de ponta e, não menos importante, evitar-se-ia a construção e todos os constrangimentos de mais uma Rua da Estrada (denominação da autoria do geógrafo Álvaro Domingues) na antiga via, junto ao "Carreira". Continuou, dizendo que, do ponto de vista cultural, a vila de Pevidém é um exemplo rico e de alguma excecionalidade, tendo em conta a diversidade e a consistência da sua oferta, destacando, sem menosprezo pelas restantes, a Sociedade Musical de Pevidém e o Grupo de Teatro Coelima. Disse que a sociedade Musical de Pevidem é um (há poucos) dos exemplos mais que provados de uma instituição secular que soube aproveitar de forma magistral a oportunidade única de ter participado em alguns eventos da CEC 2012, pela qualidade demonstrada, tendo conseguido uma projeção muito para além dos seus limites geográficos e uma notoriedade nunca antes atingida e que a colocou num patamar de qualidade e exigência tais que hoje todos lhe reconhecem. Registou que o Grupo de Teatro da Coelima, criado no âmbito do Centro de Cultura e Desporto da empresa



Coelima, tem demonstrado, ao longo da sua existência, uma capacidade de oferta teatral com bastante regularidade, participando em eventos locais como o Carnaval de Pevidém, tendo obtido, por diversas vezes, posição de destaque na classificação do concurso para a criação teatral organizado pela Comissão dos Festivais Gil Vicente. Dirigi uma breve palavra de apreço para o Orfeão da Coelima que durante décadas tem deliciado o público com as suas representações e o seu excelente repertório, destacando as "Heróicas" de Fernando Lopes Graça. Disse continuar a contar com a atividade destas instituições e com o seu contribuindo generoso para a promoção e elevação cultural da sua área de intervenção local, nacional e internacional pela vontade de fazer, pela persistência e pela regularidade, muito difícil de manter em organismos amadores. Sobre as atividades económicas, disse que Pevidém tem cada vez menos grandes empresas fabris que, em tempos, empregavam milhares de trabalhadores referindo, a propósito, que a Coelima chegou a ter três mil trabalhadores e hoje tem pouco mais de trezentos, apresentando um tecido empresarial mais pulverizado em micro e pequenas empresas. Manifestou preocupação pelo conhecimento dos resultados económicos divulgados pelo Grupo Moretextil, composto pela JMA Felpos, Coelima e António Almeida e Filhos relativos a 2013 que não auguram, se nada for alterado, nada de bom para o futuro destas empresas e dos seus trabalhadores. Alertou para a necessidade urgente de resolver uma série de problemas que contribuirão para uma melhoria da qualidade de vida dos habitantes de Pevidém e das freguesias limítrofes, elencando os seguintes: encerramento desde o dia 1 de Abril deste ano dos sanitários públicos, na Praça Francisco Inácio; ampliação do cemitério; falta de investimento na área de lazer da

Ínsua (Paraíso), com a necessidade de transformar esta zona ribeirinha, junto ao Ave, num local digno e aprazível; falta de manutenção do Parque de Lazer ao longo do rio Selho, do lado de Selho S. Jorge; falta de limpeza do acesso à ponte do Carvalho do Moinho (Ponte do Pau); instalação da extensão da Biblioteca Municipal Raúl Brandão num espaço mais amplo e capaz de proporcionar o aumento do fundo bibliográfico e poder desenvolver atividades culturais, principalmente com crianças, situação que poderá ser ultrapassada com a aquisição do palacete na Praça Francisco Inácio; arranjo no pavimento das ruas da Cabreira, rua Padre José Gonçalves, Rua das Casas Novas e EM 574 que liga a Gondar; ligação ao saneamento básico das zonas do Paraíso (Fundevila) e Rua Albano Coelho Lima, apesar de reconhecer dificuldades técnicas e custos consideráveis na sua execução. Terminou dizendo que esta zona de Pevidém tem sido muito próxima à CDU, pelo facto de ter tido uma grande responsabilidade na gestão da Junta de Freguesia de Selho S. Jorge nos últimos anos. Disse, ainda, que por vontade da população, nas últimas eleições autárquicas, ficou expresso em votos que essa responsabilidade passasse para outros, decisão que não foi do seu agrado. Contudo, reconhece que em democracia a vontade do povo é soberana e só tem que ser respeitada sendo que, dentro deste princípio, manifestou o desejo ao atual presidente da Junta e à sua equipa, de êxito no exercício desta tarefa. De seguida, disse que a CDU tem um lema que utiliza na sua campanha, pretendendo passar uma mensagem simples e clara, definidora do perfil dos seus candidatos a cargos públicos, que é o de trabalho, honestidade e competência. Por último, deixou o seu agradecimento público em nome da CDU pelo trabalho desenvolvido nestes últimos anos pela sua camarada



Balbina Pimenta, sempre em defesa dos interesses de Pevidém e dos seus habitantes, tendo personificado e vestido com naturalidade os três pilares básicos da orientação da CDU. -----

3 – Vereador António Monteiro de Castro – a) – Leu, em voz alta, um documento solicitando que o seu teor, que a seguir se transcreve, ficasse registado em ata: “Começo por saudar todos os presentes e por manifestar mais uma vez a minha grande satisfação por poder participar em mais uma reunião de Câmara fora dos muros de Santa Clara, indo ao encontro dos cidadãos que nos elegeram podendo assim ouvir pela sua própria voz os seus principais anseios e críticas, importante ajuda no desenvolvimento de um melhor serviço à comunidade. Um cumprimento especial ao nosso anfitrião, senhor Angelino Salazar, presidente da Junta de freguesia deste importante polo industrial do nosso concelho, todo ele carregado de história, sobretudo da história da indústria em Portugal. Um cumprimento também a todas as instituições presentes e mesmo às porventura ausentes, pelo grandioso trabalho desenvolvido ao longo de séculos que permitiram colocar Pevidém e Guimarães no mapa nacional e até mesmo internacional das terras com mérito industrial. Uma palavra especial à Sociedade Musical de Pevidém pela qualidade do trabalho desenvolvido a longo de várias décadas em prol da juventude e da população, bem espelhada no seu principal embaixador que é a famosa Banda de Música de Pevidém, que tão brilhantemente tem sabido levar o nome desta terra aos quatro cantos do mundo. Permitam-me uma referência pessoal para realçar o importante papel que a Banda de Música tem desempenhado ao longo das últimas décadas abrilhantando as lindas procissões quaresmais promovidas pela Real Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos à qual estou desde

há muito ligado, instituição que jamais teve dúvidas que nesta matéria, de bandas de música, temos na nossa terra o melhor que há em Portugal. Senhor Presidente, senhoras e senhores vereadores, a vila de Pevidém que em seu redor aglutina várias freguesias do nosso concelho, gravou com letras de ouro o nome de Guimarães na História da indústria em Portugal. Ao longo de mais de dois séculos um sem número de gerações ardorosamente trabalhou para poder construir aqui um dos mais importantes polos industriais têxteis do nosso país. Ainda hoje, e com propriedade, os vimaranenses de Pevidém ostentam com grande orgulho esse mesmo espírito industrial herdado dos seus antepassados. Agora, depois de tantas experiências e ilusões vendidas acerca da importância dos novos sectores da atividade económica, chegou o tempo do reconhecimento do sector secundário, falando-se cada vez mais na indispensável reindustrialização do país e da europa pelo impacto que tem na vida económica e social da comunidade e dos seus cidadãos. Mas dessa reindustrialização nem Guimarães, nem sobretudo Pevidém, estão carecidos, porque nunca deixaram de ser industriais, porque nunca foram nos cantos da sereia de sectores económicos sem qualquer produção. Pevidém constitui um bom exemplo de uma comunidade que soube assertivamente lutar contra o declínio industrial que dizimou regiões inteiras no país e na europa. Nos dias de hoje continua a contar com empresas industriais de vários sectores e dimensões, com predominância clara para o tradicional sector têxtil. Cabe-nos aqui Senhor Presidente, senhoras e senhores vereadores reconhecer e agradecer publicamente aos nossos conterrâneos de Pevidém todo o esforço que desenvolveram na projeção do nome de Guimarães em Portugal e no mundo. Penso pois ser chegado o momento de fazer justiça aos



Pevidenses concedendo-lhes aquilo que de há muito é merecido e que em meu entender é a disponibilização de uma **ligação digna à cidade**. Estou a pensar na ligação da rotunda de Mouril à rotunda da fábrica J. Pereira Fernandes e no seu enquadramento e interligação com a zona da cidade desportiva, ela já servida por vários equipamentos desportivos, de saúde e de ensino, mas infelizmente sem vias consentâneas com a sua elevada qualidade e procura. E não se trata de apenas um benefício para os habitantes desta terra. É acima de tudo um grande benefício para Guimarães. É tornar real a definição do perímetro urbano da cidade, passando do papel ao terreno essa já antiga definição. É dar passos no sentido de transformar Guimarães na terceira maior cidade de Portugal, construindo avenidas a ligar os seus principais polos urbanos praticamente já ligados entre si, mas com vias sem dimensão e dignidade. É dar coesão ao território do nosso concelho. É pôr à vista a concretização da cidade dos cem mil habitantes. Chegou a hora senhor presidente de assumirmos os pergaminhos dos nossos antepassados. O povo merece e a história exige. Muito obrigado.” -----

4 – Vereadora Maria Helena Soeiro – a) – Cumprimentou todos os presentes, especialmente os anfitriões, Professora Cristina Guise, Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Pevidém, professores, pais, funcionários e alunos. Cumprimentou ainda o Sr. Angelino Salazar, Presidente da Junta de Freguesia de Selho S. Jorge e demais autarcas presentes, todas as instituições e autoridades presentes e ausentes e de um modo muito especial os habitantes de Pevidém. De seguida, recordou uma intervenção do Vereador André Coelho Lima na reunião de Câmara de 10 de julho último que, ao tempo, questionou o Executivo sobre o atraso na ligação da antiga Estrada Nacional

310 à Variante de Creixomil, uma das medidas previstas aquando da realização do projeto de urbanização de Silvares. Lembrou, ainda, que nessa mesma reunião o Presidente da Câmara havia informado que a sua execução se encontrava suspensa porquanto, quer a Estradas de Portugal, quer a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária ainda não se haviam pronunciado quanto ao respetivo projeto. Disse ter confirmado através da apresentação do Eng.º Joaquim Carvalho de que as entidades acima mencionadas aguardam o envio por parte da Câmara Municipal, no próximo mês, de um estudo, que será remetido juntamente com uma solução alternativa que se constitui como a opção B. Assim, quis saber se esta última opção é menos onerosa para a Câmara Municipal. -----

5 – Vereadora Adelina Paula Pinto – Depois de cumprimentar todos os presentes, disse ser importante fazer um ponto da situação quanto ao estado da Educação no concelho de Guimarães e especialmente no que diz respeito à Vila de Pevidém numa altura em que se inicia o novo ano escolar. Disse que naquilo que diz respeito às competências da Autarquia, o ano letivo 2014/2015 abriu dentro da normalidade com as escolas em condições de receber os alunos, os transportes e as refeições assegurados, os funcionários e os técnicos das Atividades Extra Curriculares colocados. Continuou, referindo que a Autarquia tem apostado fortemente na educação, na necessidade de, localmente, ser parceira das escolas na construção de uma escola pública com mais qualidade, com mais equidade, que vise a formação integral do aluno. Por tal motivo, referiu que a Autarquia está a trabalhar num projeto diferente e mais universal para as Atividades de Enriquecimento Curricular, num projeto municipal de educação e em múltiplos projetos a desenvolver com a Universidade do Minho



e que serão implementados nas escolas no próximo ano no âmbito das ciências, da literacia, entre outros. Continuou, afirmando que na Vila de Pevidém, à imagem do resto do concelho, há trabalho feito e muito trabalho a fazer. Lembrou a construção do Centro Escolar de Pevidém que abrange mais de duas centenas de alunos do pré-escolar e do 1º ciclo, edifício com todas as condições físicas para prestar um excelente serviço educativo, equipado com Biblioteca, salas e outros espaços adequados, computadores e quadros interativos. No entanto, afirmou que a Escola EB 2,3 está a precisar de uma requalificação urgente. Lembrou os investimentos da Câmara Municipal neste equipamento com a recente requalificação da cozinha e a retirada do amianto dos passadiços exteriores, obra já adjudicada mas que só será feita na interrupção do Natal por questões de segurança. Disse já ter reunido, juntamente com o Presidente da Câmara, com a Direção de Serviços da Região Norte da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares para abordar este assunto, referindo a necessidade de uma candidatura para a requalificação desta e de outras escolas da mesma época. De seguida, lembrou alguns investimentos da Autarquia no parque escolar designadamente uma grande intervenção na EB1 de Selho S. Cristóvão e o Centro Escolar de Candoso S. Martinho, estando a ser pensadas outras intervenções para escolas básicas desta área pedagógica, apontando como exemplo a EB1 de Gondar. Recordou, ainda, as intervenções realizadas ao nível das EB 2,3 nomeadamente na EB 2,3 Afonso Henriques, na EB 2,3 Gil Vicente e na EB 2,3 Virgínia Moura. Concluiu, referindo que, em parceria com os agrupamentos de escolas, estão a ser dados passos muito positivos com impactos muito diretos na qualidade da educação e do bem-estar dos alunos e, consequentemente, das suas famílias e de toda a comunidade. -

6 – Vereadora Luísa Pedroso – Saudou todos os presentes agradecendo a simpatia com que foi recebida dizendo estar muito satisfeita por ter regressado ao Executivo numa reunião realizada na Vila de Pevidém, localidade onde fez o seu percurso escolar e que faz igualmente parte da sua vida pessoal. -----

7 – Presidente da Câmara – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** – Informou que a manutenção do Parque de Selho é da responsabilidade da Câmara Municipal de Guimarães e que de futuro poderá ser pensada uma estratégia de trabalho com as Juntas de Freguesia de Selho S. Jorge e Selho S. Cristóvão devido à dimensão do parque que ainda não está totalmente consolidado; **b)** – Disse que a instalação da Academia de Música de Pevidém nas instalações da antiga EB1 de Bairro vem consolidar o seu trabalho meritório o que faz com que a sua atividade seja reconhecida a nível local e até nacional, considerando que esta entidade está a passar por um dos melhores momentos da sua história. Lembrou uma reunião realizada com a anterior Presidente da Junta de Freguesia de Selho S. Jorge, Balbina Pimenta, e com responsáveis da Sociedade Musical de Pevidém tendo formado, ao tempo, uma forte convicção de que a antiga EB1 de Bairro ficaria bem alocada à Academia de Música de Pevidém; **c)** – Sobre a intervenção do Vereador António Monteiro de Castro disse que a Câmara Municipal de Guimarães está a trabalhar na via pedonal e ciclável que considera importante e urgente para ligar todas as vias cicláveis do concelho e das margens dos rios do território de Guimarães, informando não haver recursos financeiros para outras infraestruturas; **d)** – Relativamente à intervenção da Vereadora Helena Soeiro disse que o contrato de urbanização de Silvaes obriga a que sejam os promotores a apresentar o projeto. Informou que o projeto que corresponde à opção A é apresentado



pelos promotores e aprovado pela Câmara Municipal de Guimarães e que o projeto relativo à opção B será também trabalhado em conjunto com os promotores da urbanização de forma a ser apresentado à Estradas de Portugal; **e)** – Quanto à intervenção da Vereadora Adelina Paula Pinto disse estar a ser feito um trabalho envolvendo todos os agentes da educação tendo como fim último o enriquecimento escolar; **f)** – Reconheceu a comunidade da Vila de Pevidém como uma comunidade laboriosa, de trabalhadores e empresários que ao longo dos tempos têm afirmado esta localidade como uma terra industrial. Por tal, informou da pretensão de instalar em Pevidém uma incubadora de empresas de base tecnológica que considera importante para o reforço e fortalecimento desta comunidade de trabalhadores e industriais, encontrando-se o projeto ainda em estado embrionário. -----

De seguida, o Presidente da Câmara submeteu à consideração dos presentes a votação de um Voto de Pesar na sequência do trágico acidente ocorrido durante a realização da prova denominada "Rally Sprint" que decorreu no Monte da Lapinha, na freguesia de Calvos, de acordo com o texto que a seguir se transcreve: "No passado dia 7 do corrente mês de Setembro, no encerramento de uma prova denominada "Rally Sprint" que decorreu no Monte da Lapinha, na freguesia de Calvos, do nosso Município, um dos veículos despistou-se e provocou um grave acidente do qual resultaram oito feridos e três mortos nos assistentes da prova: Cândida Fernandes, de 48 anos, residente na Trofa, o seu filho Adriano, de 8 anos, e o jovem Bruno Lopes, de 13 anos, residente na freguesia de S. Paio de Vizela do nosso vizinho Município de Vizela. A Presidência da Câmara Municipal acompanhou o ocorrido e, logo no momento, apresentou as suas condolências às famílias

das vítimas, tendo ainda estado representada nos funerais que tiveram lugar. Foi com profunda mágoa que acompanhamos a ocorrência numa prova que se destinava a homenagear um piloto que tinha falecido numa prova semelhante, há cerca de um mês, em Cabeceiras de Basto. Considerando que o sentimento de dor abrange toda a Câmara Municipal e a toda a comunidade vimaranense que, numa iniciativa de cidadãos anónimos, logo no dia seguinte realizou uma caminhada de solidariedade, proponho que seja aprovado um voto de pesar a transmitir igualmente às famílias atingidas.” **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE.-----

O Presidente da Câmara leu, em voz alta, a carta do cidadão Tiago Daniel Machado Freitas cujo teor a seguir se transcreve: “Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, Dr. Domingos Bragança, venho por este meio apresentar as mais sinceras desculpas pelo facto ocorrido na madrugada de 30 de agosto de 2014. Nunca foi minha intenção vandalizar/danificar a Estátua de D. Afonso Henriques, do qual me orgulho e que acidentalmente tomou proporções que lamento desde já. Aproveito a ocasião para assumir o que me aconteceu, comprometendo-me a fazer o que for preciso para que tudo se resolva. Ao Exmo. Sr. Presidente, Dr. Domingos Bragança e aos cidadãos da cidade de Guimarães, as mais sinceras desculpas”. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do mapa das aquisições de serviços relativas ao mês de junho, dando cumprimento à deliberação de Câmara de 20 de fevereiro de 2014, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

2. Dos ofícios da Assembleia Municipal números 135 a 151 que



comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 28 de julho, das seguintes propostas: **a)** – “Retificação da menção das obras constantes do mapa de repartição de apoios a conceder às freguesias, concretamente às Uniões das Freguesias de Abação e Gémeos e Serzedo e Calvos”; **b)** – “Protocolo com a Direção Regional de Cultura do Norte – utilização do Paço dos Duques de Bragança”; **c)** – “Novo Regulamento do Parque de Campismo da Penha – alteração”; **d)** – “Aquisição de Serviços de Sistema de Gestão de Qualidade – Compromisso Plurianual”; **e)** – “Concurso Público n.º 13/14 – Seguro de Acidentes de Trabalho – Ano Civil de 2015”; **f)** – “Contratação de Serviços – Seguro Automóvel de Frota – Repartição de Encargos”; **g)** – “Fornecimento continuado de gás propano (garrafas de 45 Kg) – triénio 2015/2017”; **h)** – “Fornecimento contínuo de gás propano a granel – triénio 2015/2017”; **i)** – “Fornecimento continuado de gás natural – triénio 2015/2017”; **j)** – “Aquisição de serviços de manutenção de elevador – EB1 do pinheiral – Compromisso Plurianual”; **k)** – “Assistentes Operacionais – Renovação de autorização de recrutamento ao exterior”; **l)** – “Técnicos Superiores – Renovação de autorização de recrutamento ao exterior”; **m)** – “Abertura de procedimento concursal para recrutamento de técnicos que assegurem as atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico; **n)** – “Abertura de procedimento concursal – assistentes operacionais”; **o)** – “Constituição de uma Associação de Psicologia em parceria com a Universidade do Minho – elementos complementares”; “Alteração de Trânsito na freguesia de Ponte”; **p)** – “Alteração de Trânsito na Freguesia de Caldelas”.

3. Da carta do cidadão Tiago Daniel Machado Freitas dirigida ao Presidente da Câmara apresentando desculpas aos cidadãos vimaranenses pelo incidente ocorrido que danificou a Estátua de

D. Afonso Henriques, referindo não ter sido intenção sua provocar quaisquer danos, tendo tal ficado a dever-se a um acidente, que lamentou. O cidadão Tiago Freitas manifestou, também, a sua total disponibilidade para o que for entendido no sentido da resolução do problema causado. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2014. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Absteve-se a Vereadora Luísa Pedroso por não ter estado presente na reunião.--

OBRAS PÚBLICAS – INTERVENÇÃO HIDRÁULICA E PAISAGÍSTICA DA RIBEIRA DE COUROS – S. SEBASTIÃO – APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO DE EMPREITADA –

Presente, para aprovação, a minuta do contrato da empreitada designada por "Intervenção Hidráulica e Paisagística da Ribeira de Couros - S. Sebastião", adjudicada por deliberação da Câmara Municipal de 4 de setembro último a "Empresa de Construções Amândio Carvalho, SA", pelo valor de €850.005,55 + IVA. A minuta do contrato da empreitada dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, em virtude de pertencer aos órgãos sociais da entidade a quem foi adjudicado o projeto da obra.**-----

FREGUESIAS – ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS DIRETOS (LIVROS E MATERIAL ESCOLAR) AOS ALUNOS DO 1.º CEB NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ANO



LETIVO 2014/2015 – Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Educação: “Como é do conhecimento superior compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea hh) do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, Despacho n.º 18987/2009, de 17 de agosto, do Ministério da Educação, e suas posteriores alterações, deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes. Nos termos do disposto do n.º 2, do artigo 117.º conjugado com o artigo 131º, do Anexo I, da Lei supramencionada, o Município pode, através dos seus órgãos, delegar competências nos órgãos das Freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais. Nesse sentido, a Câmara Municipal celebrou um contrato interadministrativo de delegação de competências para o desenvolvimento das atividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar e para assegurar a alimentação e a gestão dos refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação e ensino do 1.º ciclo. Em face do exposto, propõe-se que a atribuição de auxílios económicos diretos aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico no âmbito da ação social escolar seja igualmente objeto de delegação de competências, devendo para o efeito ser celebrada uma adenda ao contrato interadministrativo existente. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º e da alínea m) do nº 1 do artigo 33º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, a

celebração de uma adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências, conforme minuta em anexo. Propõe-se ainda que seja dado despacho de autorização de cabimento e compromisso para a transferência de verbas para as Freguesias no valor de €64.528,20, conforme discriminado no mapa em anexo. Em anexo, minuta de alteração aos Contratos Interadministrativos.” A minuta da adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências e o referido mapa dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PROTOS - ADENDA AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES E A UNIVERSIDADE DO MINHO – Presente a seguinte proposta:

“Considerando que: O Município de Guimarães, enquanto pessoa coletiva territorial de direito público que visa a prossecução de interesses próprios da respetiva população, tem por missão realizar as atribuições que lhe são conferidas por lei, designadamente nos domínios urbanísticos e do espaço público, da intervenção social e comunitária, da educação, do ambiente, da cultura e do desporto, definindo políticas de intervenção e afetando os recursos humanos, técnicos e financeiros julgados adequados à sua concretização. No âmbito desta missão, o Município promoveu a construção do Laboratório da Paisagem, adiante designado LdP, como uma infraestruturas de apoio à organização do evento ‘Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura’, importando agora assegurar a função e continuidade futura deste equipamento. A Universidade do Minho (UMinho) tem a missão de gerar, difundir e aplicar conhecimento, assente na



liberdade de pensamento e na pluralidade dos exercícios críticos, promovendo a educação superior e contribuindo para a construção de um modelo de sociedade baseado em princípios humanistas, que tenha o saber, a criatividade e a inovação como fatores de crescimento, desenvolvimento sustentável, bem-estar e solidariedade. O protocolo estabelecido entre o Município de Guimarães e a Universidade do Minho, em 21 de Outubro de 2003, estabelece a relação de cooperação necessária para a prossecução da missão e objetivos de ambas as partes. O Laboratório da Paisagem iniciou a sua função de investigação, desenvolvimento, sensibilização, formação e educação aplicada ao ambiente, agricultura e ecologia. O Laboratório da Paisagem tem como missão promover o conhecimento e a inovação, a investigação e a divulgação científica, contribuindo para uma ação integrada e participada das políticas ambientais e do desenvolvimento sustentável, visando um elevado nível de consciencialização ambiental, um eficiente metabolismo das cidades, o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos, assim como a proteção dos recursos naturais. O objetivo do Laboratório da Paisagem, assente num trabalho multidisciplinar, para pensar e difundir metodologias e processos indutores de cidades ecológicas, sustentáveis, inclusivas e resilientes, por forma a promover a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável em meio urbano. Remete-se para reunião de Câmara, a presente adenda do protocolo de cooperação, ao abrigo da alínea ff) do nº 1, do artigo 33º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, para deliberação.” A adenda ao protocolo de cooperação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e

Luísa Pedroso que apresentaram a seguinte **declaração de voto:**

"É-nos proposto para apreciação uma adenda ao protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal de Guimarães e a Universidade do Minho. Protocolo que encerra uma das mais importantes e frutíferas parceiras que um município pode estabelecer, o que merece particular regozijo no caso do Município de Guimarães, que tem o privilégio de poder protocolar com uma instituição académica do prestígio da Universidade do Minho. Aliás, e muito embora uma tal cooperação não careça de se encontrar reduzida a escrito, não podemos deixar de assinalar que nos é dada para aprovar uma adenda cujo teor e organização é mais completo e mais amplo do que o do protocolo que lhe subjaz. Consideramos por isso que seria de pensar no restabelecimento do protocolo-base, eventualmente subdividido por tantos anexos quantas as parcerias funcionais entre CMG e UM, mas com uma estipulação mais adequada ao atual nível de parceria, já bem menos intrincado do que sucedeu outrora. Não obstante nos merecer todo o apoio, aprioristicamente, qualquer protocolo ou parceria escrita com a UM, não nos podemos eximir de exercer uma postura crítica sobre o que nos é dado para apreciação. E nessa conformidade, não podemos deixar de censurar uma adenda que estabelecendo embora uma série de compromissos recíprocos, não cuida de os quantificar, não cuida de traduzir em expressão financeira o que significam, ao menos em termos estimativos, os compromissos assumidos pelo Município de Guimarães. O que não nos parece de todo em todo uma boa prática a este nível. Na esteira do que acima dizemos, igualmente se não surpreendem resultados ou objetivos em vista com esta parceria e com a investigação que da mesma decorrerá. Que resultados se pretendem retirar das investigações a ter lugar no Laboratório da



Paisagem? Que objetivos são perseguidos com a investigação aí conduzida? Pudemos ler as extensas e tantas vezes indecifráveis explicações, mas as mesmas não foram suficientes para nos tranquilizar a este nível, porquanto nos parecem assumir uma opacidade que dificulta a concretização prática dos objetivos. Por último cremos que nesta adenda não são estabelecidos, de modo suficiente, parcerias com representantes do setor que deveriam assegurar uma dimensão prática à investigação académica. Contudo, não poderíamos apesar das reservas reprovar uma tal adenda. No entanto, cremos que com a **abstenção** transmitimos de modo bastante as reservas acima mencionadas e que nos assaltaram na análise à documentação disponibilizada.”-----

REGULAMENTOS – “SERVIÇO E-CONCERTAR – BANCO DE MATERIAL INFORMÁTICO” – Presente a seguinte proposta: “No âmbito da edição de 2013 do Orçamento Participativo, o “Serviço E-Concertar – Banco de Material Informático” prevê a criação de repositório de material informático disponível para utilização por munícipes que procede à recolha de equipamento informático usado ou avariado, e à sua reparação e reutilização em prol de pessoas em situação de carência económica. Considerando tratar-se de um projeto aprovado em sede de orçamento participativo de 2013 que promove a reutilização de equipamentos em favor de pessoas em situação de vulnerabilidade económica e social, foi elaborado o presente Regulamento, ao abrigo do disposto no art.º 241º da Constituição da República Portuguesa, em conformidade com o disposto na alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em vista o estabelecido na alínea h) do n.º 2 do art.º 23.º do mesmo diploma legal, que agora se apresenta para aprovação.” O referido Regulamento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em

pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – RATIFICAÇÃO DAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS RELATIVAS AO MÊS DE AGOSTO QUE NÃO SE ENQUADRAM NO PARECER PRÉVIO GENÉRICO FAVORÁVEL, APROVADO POR DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014 – Presente, para ratificação, as aquisições de serviços relativas ao mês de agosto que não se enquadram no parecer prévio genérico favorável, aprovado por deliberação de Câmara de 20 de fevereiro de 2014, de acordo com mapa que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DA ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Educação: “**1. Objeto:** Aquisição de serviços técnicos especializados da atividade física e desportiva, no âmbito das atividades de enriquecimento curricular. **2. Considerando que:** a aquisição destes serviços se destina a assegurar a monitorização e coordenação da lecionação da atividade física e desportiva, no âmbito das atividades de enriquecimento curricular, destinada aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico e como tal, a execução das tarefas associadas a estes serviços requerem conhecimentos e formação especializados e experiência na área do desporto escolar; os serviços municipais não dispõem de recursos quer humanos, quer técnicos, para a prestação deste serviço junto das



escolas; se trata da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração de contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) a aquisição destes serviços se destina a assegurar a monitorização e coordenação da lecionação da atividade física e desportiva, no âmbito das atividades de enriquecimento curricular, destinada aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico e como tal, a execução das tarefas associadas a estes serviços requerem conhecimentos e formação especializados e experiência na área do desporto escolar. b) a despesa estimada é de €5.000. c) a verba, para fazer face a esta despesa, será inscrita na rubrica 2.1.1.2 5802, referente a Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular, conforme declaração de cabimento em anexo. d) o procedimento de formação do contrato será por ajuste direto, de acordo com o disposto na alínea e) do n.º 1, do art.º 24º, do CCP, dado que por motivos técnicos a prestação objeto do contrato só pode ser confiada à Tempo Livre Físico, Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres. e) a redução prevista nos artigos 33.º e 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, foi aplicada. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de

Castro, Maria Helena Soeiro e Luísa Pedroso. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da proposta de aquisição de serviços técnicos especializados de atividade física e desportiva a prestar, no âmbito das atividades extra curriculares (AEC), aos alunos do 1º ciclo do ensino básico, pela Cooperativa "Tempo Livre", no valor de 5000,00€, dada a necessidade de uma coordenação horizontal destas atividades e a elaboração de projetos conjuntos, abrangendo os catorze agrupamentos de escolas, o que ultrapassa pela sua amplitude as funções dos coordenadores de cada agrupamento de escolas e os técnicos contratados para lecionarem as referidas atividades. O montante contratado é reduzido, dado destinar-se apenas à continuação de uma coordenação já desenvolvida em anos anteriores, mas necessária para um projeto global e não catorze projetos diferentes em cada agrupamento, que naturalmente não garantiriam a equidade nas atividades lecionadas e a realização de eventos conjuntos com a participação de todas as crianças das escolas EB1 do Município envolvidas, como se pretende concretizar." -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Luísa Pedroso apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Os vereadores da coligação PSD/CDS-PP apresentaram, em 15 de maio de 2014, uma proposta de alteração da entidade proponente das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), por considerarem que a mesma, ao ser aprovada, daria resposta a um problema que subsiste há vários anos e que, no ano letivo transato, assumiu proporções inaceitáveis pelos prejuízos pedagógicos e financeiros que



acarretou para os alunos do concelho de Guimarães e para as suas famílias. No entanto, e apesar das repetidas evidências de ineficácia do modelo de gestão atual, a Câmara Municipal de Guimarães, persistiu na sua continuidade e votou contra uma proposta que defendia a entrega da gestão das Atividades de Enriquecimento Curricular aos Agrupamentos de Escolas. A planificação e articulação das AEC, pela sua natureza de complementaridade ao currículo, deve efetuar-se em sede de departamento curricular, cabendo a supervisão e o acompanhamento das mesmas aos órgãos competentes do agrupamento de escolas, nos termos do art.13º do Despacho nº 9265-B/2013, de 15 de julho; no entanto, a Câmara Municipal de Guimarães, ao invés de pagar aos docentes contratados para o desenvolvimento das AEC as horas necessárias para garantir a sua presença nas reuniões de departamento, apresenta uma proposta de aquisição de serviços técnicos especializados, por ajuste direto, no valor de 5.000€, visando assegurar a monitorização e coordenação da lecionação da atividade física e desportiva! Consideramos inadmissível que a Câmara Municipal de Guimarães não reconheça aos coordenadores dos departamentos curriculares dos agrupamentos de escolas a capacidade de monitorização e coordenação da lecionação da atividade física e desportiva; Consideramos inaceitável que a Câmara Municipal de Guimarães não reconheça aos técnicos que contratou o nível exigido de conhecimentos e formação especializados e experiência na área do desporto escolar; Consideramos intolerável a Câmara Municipal de Guimarães se disponha a gastar 5.000€ para pagar um serviço que já é feito, a custo zero, pelos docentes dos agrupamentos de escolas e pela maioria dos técnicos recrutados para assegurar as Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º ciclo do Ensino

Básico. Perante o acima exposto, votamos contra.” -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DAS ARTES PERFORMATIVAS DA DANÇA E DO TEATRO, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - Presente a seguinte

informação da Chefe de Divisão de Educação: “**1. Objeto:** Aquisição de serviços técnicos especializados na área das artes performativas da dança e do teatro, no âmbito das atividades de enriquecimento curricular. **2. Considerando que:** a aquisição destes serviços se destina a assegurar o desenvolvimento da Oficina das Artes, no âmbito das atividades de enriquecimento curricular, destinada aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico e como tal, a execução das tarefas associadas a estes serviços requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em artes performativas; os serviços municipais não dispõem de recursos quer humanos, quer técnicos, para a prestação deste serviço junto das escolas; se trata da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração de contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) a aquisição destes serviços se destina a assegurar o desenvolvimento da Oficina das Artes, no âmbito das atividades de enriquecimento curricular, destinada aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico e como tal, a execução das tarefas associadas a estes serviços



requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em artes performativas. b) a despesa estimada é de €35.000. c) a verba, para fazer face a esta despesa, será inscrita na rubrica 2.1.1.2.5802, referente a Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular, conforme declaração de cabimento em anexo. d) o procedimento de formação do contrato será por ajuste direto, de acordo com o disposto na alínea e) do n.º 1, do art.º 24º, do CCP, dado que por motivos técnicos e artísticos a prestação objeto do contrato só pode ser confiada à Régie-Cooperativa "A Oficina". e) a redução prevista nos artigos 33.º e 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, foi aplicada." **DELIBERADO APROVAR POR**

MAIORIA. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Luísa Pedroso. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da proposta de aquisição de serviços técnicos especializados na área das Artes Performativas da Dança e do Teatro, no âmbito das atividades extra curriculares (AEC), a prestar aos alunos do 1º ciclo do ensino básico, pela Cooperativa "Oficina" no valor de 35000€, com o objetivo da concretização de um novo projeto que incluirá a coordenação horizontal destas atividades, o desenvolvimento da Dança e do Teatro em sete agrupamentos, e a promoção de espetáculos nestas valências que serão proporcionados à totalidade das crianças das EB1 dos catorze agrupamentos do Município. Trata-se de uma inovação

relativamente às atividades desenvolvidas nos anos anteriores, que se pretende alargar nos próximos anos às crianças de todos os agrupamentos, logo que o ensino do Inglês, ainda englobado nas AEC, passe a integrar o plano curricular deste ciclo de ensino, como foi anunciado pelo Ministério da Educação. A Dança e o Teatro são componentes essenciais da formação artística e exigem formação especializada que naturalmente não pode ser apenas atribuição dos coordenadores dos departamentos curriculares dos agrupamentos. A coordenação horizontal destas atividades e nomeadamente a realização de espetáculos abertos à frequência de todas as crianças, tem custos que obrigam à aquisição de serviços proposta. O objetivo da afirmação de Guimarães como Cidade da Cultura, passa muito pela formação de públicos e da criação cultural, a qual deve ser prosseguida com particular incidência na população escolar do 1º ciclo, numa perspetiva de equidade, abrangendo igualmente crianças do meio urbano e das freguesias da periferia do Município, o que se pretende alcançar com a presente proposta.” -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Luísa Pedroso apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores da coligação PSD/CDS-PP apresentaram, em 15 de maio de 2014, uma proposta de alteração da entidade proponente das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), por considerarem que a mesma, ao ser aprovada, daria resposta a um problema que subsiste há vários anos e que, no ano letivo transato, assumiu proporções inaceitáveis pelos prejuízos pedagógicos e financeiros que acarretou para os alunos do concelho de Guimarães e para as suas famílias. No entanto, e apesar das repetidas evidências de ineficácia do modelo de gestão atual, a Câmara Municipal de



Guimarães, persistiu na sua continuidade e votou contra uma proposta que defendia a entrega da gestão das Atividades de Enriquecimento Curricular aos Agrupamentos de Escolas. A planificação e articulação das AEC, pela sua natureza de complementaridade ao currículo, deve efetuar-se em sede de departamento curricular, cabendo a supervisão e o acompanhamento das mesmas aos órgãos competentes do agrupamento de escolas, nos termos do art.13º do Despacho nº 9265-B/2013, de 15 de julho; no entanto, a Câmara Municipal de Guimarães, ao invés de pagar aos docentes contratados para o desenvolvimento das AEC as horas necessárias para garantir a sua presença nas reuniões de departamento, apresenta uma proposta de aquisição de serviços técnicos especializados, por ajuste direto, no valor de 35.000€, visando assegurar o desenvolvimento da Oficina das Artes! Consideramos inadmissível que a Câmara Municipal de Guimarães não reconheça aos coordenadores dos departamentos curriculares dos agrupamentos de escolas capacidade para coordenar e supervisionar o desenvolvimento da Oficina de Artes; Consideramos inaceitável que a Câmara Municipal de Guimarães não reconheça aos técnicos que contratou o nível exigido de conhecimentos e formação especializados e experiência em artes performativas; Consideramos intolerável que a Câmara Municipal de Guimarães se disponha a gastar 35.000€ para pagar um serviço que já é feito, a custo zero, pelos docentes dos agrupamentos de escolas e pela maioria dos técnicos recrutados para assegurar as Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º ciclo do Ensino Básico. Perante o acima exposto, votamos contra.” -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2013 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE

TRANSPORTE PARA 14 JOVENS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS, NO ÂMBITO DO PROJETO DE INCLUSÃO - PLATAFORMA MADRE TERESA DE CALCUTÁ –

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 4 de agosto último, que concordou com a seguinte informação dos Serviços da Divisão de Educação: "**1. Objeto:** Aquisição de serviço de transporte para 14 jovens com necessidades educativas especiais, no âmbito do Projeto de Inclusão-Plataforma Madre Teresa de Calcutá. **2. Considerando que:** a presente aquisição de serviço se destina a assegurar no período de setembro a dezembro de 2014 e janeiro a junho de 2015, num total de 30 dias, o transporte de jovens com necessidades educativas especiais para a participação em atividades escutistas; os serviços municipais não dispõem de recursos quer humanos, quer técnicos, para a prestação deste serviço; **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de aquisição de serviço de transporte dos jovens, considerando os seguintes elementos: a) a despesa estima-se em €3.600,00 (três mil e seiscentos euros), acrescida de IVA à taxa legal em vigor; b) a verba, para fazer face a esta despesa, será inscrita nas rubricas 4.3.08 e 4.3.01, do orçamento participativo. c) o procedimento de formação do contrato será mediante ajuste direto, nos termos da alínea a), do nº 1, do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro – Código dos Contratos Públicos; **4. Repartição de encargos -** 1. Mais se propõe a aprovação da seguinte repartição de encargos: setembro a dezembro de 2014 – €1.320,00; janeiro a junho de 2015 – €2.280,00. Por motivo da urgência de que se reveste esta



prestação de serviços, uma vez que a sua efetivação é essencial ao cumprimento dos prazos implicados na execução do projeto do Orçamento Participativo, propõe-se que a presente proposta seja aprovada e ratificada posteriormente nos órgãos executivo e deliberativo.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR**

SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS: IDENTIFICAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO DOS PROJETOS GERADORES DE RECEITAS E ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA (EVEF) NO ÂMBITO DAS CANDIDATURAS DO QREN (QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA NACIONAL) –

Presente a seguinte informação da chefe de Divisão de Contratação Pública o Gestão de Financiamentos, Serviço de Apoio a Financiamentos: “**1. Objeto:** identificação, classificação dos projetos geradores de receitas e elaboração do estudo de viabilidade económica e financeira (EVEF) no âmbito das candidaturas do QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional). **2.Considerandos:** De acordo com a decisão favorável de financiamento às operações do Instituto de Design, Centro Avançado de Formação Pós-Graduada e Laboratório da Paisagem para a celebração dos contratos de financiamento o Município deverá estabelecer um mecanismo de acompanhamento das receitas líquidas geradas pela operação na fase de exploração, a fim de garantir o cumprimento da Circular 03/2013 e do disposto nº3 do Artigo 55º do Regulamento (CE) nº 1083/2006. Para o efeito foi incluída uma cláusula no contrato de financiamento (Cláusula 9º - Projetos Geradores de Receita), prevendo a obrigação de ser apresentado à Autoridade de Gestão, aquando da conclusão do projeto, a atualização do Estudo de Viabilidade

Económico-financeira do projeto, do qual deve constar uma previsão atualizada das receitas e das despesas, resultantes do Investimento realizado no projeto, para dar resposta ao artigo 55º do Regulamento (CE) nº1083/2006 e ao documento de orientação comunitária sobre a matéria. Sendo condição para encerramento da operação a atualização do estudo de viabilidade económico-financeira. A não atualização de acordo com as novas orientações implica o não cumprimento de uma cláusula do contrato de financiamento o que terá como consequência o não encerramento da operação e o consequente não recebimento dos 5% finais da operação, bem como a entrada em incumprimento por parte do município do respetivo contrato de financiamento. A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar, requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em estudos de viabilidade económica e financeira, tendo em vista a identificação da taxa de funding gap aplicável à candidatura, para posteriormente confirmação da correta aplicação do método do défice de financiamento, conforme os normativos comunitários e nacionais sobre a matéria; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do



contrato é a identificação, classificação dos projetos geradores de receitas e elaboração do estudo de viabilidade económica e financeira (EVEF) no âmbito das candidaturas do QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional); b) e tendo em vista a identificação da taxa de funding gap aplicável à operação, para posteriormente confirmação da correta aplicação do método do défice de financiamento, conforme os normativos comunitários e nacionais; c) A despesa anual estima-se em €22.440,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; d) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 020214, correspondente ao ano de 2014. Cabimento n.º 4402/2014; e) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante a alínea a) do art. 20.º do Código dos Contratos Públicos, com convite a quatro entidades; f) A entidade a contratar tem regularizadas as suas obrigações fiscais e para com a segurança social; g) Finalmente, informa-se que será aplicada a redução remuneratória prevista no art. 33º da LOE 2014, por remissão do art.º 73.º do mesmo diploma legal.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO PARA O PROJETO DESPORTIVO - CENTRO DE DETEÇÃO DE TALENTOS DESPORTIVOS – Presente a seguinte

proposta do Vereador Amadeu Portilha: “**1. Objeto:** Prestação de serviços de um técnico especializado, com licenciatura na área da educação física, para continuação do projeto iniciado no âmbito da CED2013, o Centro de Detecção de Talentos Desportivos de Guimarães (CDTD-G), cujo objetivo é detetar precocemente jovens com especiais aptidões desportivas junto da comunidade escolar do nosso concelho, para o prazo de 9 meses, com início em 1 de outubro de 2014 e termo em 30 de junho de 2015. **2.**

Considerando: Que a execução das tarefas associadas ao serviço que se pretende contratar requer conhecimentos, capacidade técnica e formação especializada na área da educação física, devido ao grau de complexidade e especificidade associado a estes assuntos; Que o CDTD-G é um projeto municipal bem-sucedido, que visa descobrir jovens com excelentes aptidões para a prática desportiva, sendo posteriormente encaminhados para os vários clubes desportivos; Que o CDTD-G exige enorme atenção e um permanente trabalho no terreno, procurando não só que as identificações e observações aconteçam com regularidade, sendo necessário para tal um constante contacto com as escolas e professores de Educação Física, mas também procurando que os objetivos e sucessos alcançados não se percam com o passar do tempo; Considerando que, através do CDTD-G, pugnamos pelo aumento do número de praticantes desportivos nos clubes, numa altura em que a juventude tem procurado outros caminhos para a ocupação dos seus tempos livres, invertendo-se assim esta situação; Considerando, finalmente, que de acordo com informação da Divisão de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a aquisição de serviços de um técnico licenciado em Educação Física, para coordenar o CDTD-G, que visa a deteção precoce de jovens com talento desportivo invulgar, posteriormente encaminhados para os clubes desportivos de Guimarães. b) A



despesa total é de 5.400,00€ (cinco mil e quatrocentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para um prazo de 9 meses (outubro de 2015 a junho de 2015). c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 09020225, correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, ao abrigo da alínea a), do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, contratando-se José Filipe Ferreira Fidalgo Martins, Licenciado em Educação Física, que acompanhado o processo já em 2013 foi o principal responsável pelo CDTD-G, numa parceria com a Cooperativa Tempo Livre, alcançando os objetivos que lhe foram apresentados, o que lhe permitiu um profundo conhecimento da realidade desportiva Vimaranesse, e o habilita a prestar, em condições únicas e ímpares, os serviços que o Município pretende contratar. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que não será aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 33º da LOE 2014, por remissão do art.º 73.º do mesmo diploma legal, uma vez que, no ano de 2013, não foi celebrado com este prestador de serviços qualquer contrato. g) Considerando ainda que se trata da assunção de um compromisso, com carácter plurianual, deve ainda a despesa que resulta desta contratação ser aprovada em sessão da Assembleia Municipal, conforme dispõe o art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, sendo a seguinte a respetiva repartição de encargos: -----

Repartição de encargos	
Ano 2014 (1 out a 31dez.)	Ano 2015 (01 jan. a 30 jun.)
1.800,00€	3.600,00€
Aos valores acima indicados acresce IVA à taxa legal em vigor (23%)	

DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram a favor o

Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira, André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Luísa Pedroso. Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro. ----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA O CENTRO CULTURAL VILA FLOR E RESPETIVOS CONTEÚDOS – Presente a seguinte informação da Coordenadora

Técnica da Divisão de Património Municipal: “**1 – Objeto:** Aquisição de serviços de seguro multirriscos do Centro Cultural Vila Flor (edifício construído de raiz) e respetivos conteúdos. **2 -**

Considerandos: O Município é tomador de uma apólice de seguro multirriscos do Centro Cultural Vila Flor (edifício construído de raiz e respetivos conteúdos), contratada no ano de 2005 e em vigor até 7 de dezembro de 2014, com o capital total seguro atual de €15.020.500,00. O contrato vigente é anterior ao Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro que aprova o Código dos Contratos Públicos; É de todo conveniente salvaguardar o investimento efetuado quer na construção, quer no apetrechamento do edifício em apreço; Tem-se vindo a constatar que os imóveis e respetivos conteúdos estão cada vez mais expostos a riscos outrora menos frequentes, nomeadamente os provocados por circunstâncias adversas inerentes a fenómenos climatéricos, furto ou roubo, riscos elétricos, danos à propriedade, atos de vandalismo, entre outros; Conforme recomendação da Inspeção Geral de Finanças a cobertura de riscos através de seguros é uma gestão prudente, que visa a proteção do património municipal. Os capitais a segurar e respetivos conteúdos são os contantes do quadro infra, resultantes



do preço da empreitada, no que toca ao edifício, sendo que os dos conteúdos foram apurados pelo cadastro informático do imobilizado. -----

Valor a segurar - Edifício	Valor a segurar - mobiliário	Valor a segurar - equipamento informático, elétrico e eletrónico	Valor a segurar - obra de arte "Em Processo" - Fonte
€17.517.669,69	€736.595,41	€1.280.855,93	€15.610,97

3 – Proposta - Submete-se à consideração superior a contratação de um seguro multirriscos para o Centro Cultural Vila For (edifício construído de raiz) e respetivos conteúdos, identificados no quadro supra e nos termos do caderno de encargos cuja minuta se junta em anexo. Ao abrigo do nº 11 do artigo 73º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro deverá ser submetido à aprovação da Câmara Municipal a celebração de um contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a aquisição de serviços de seguro multirriscos do Centro Cultural Vila Flor (edifício construído de raiz) e respetivos conteúdos. b) A duração do contrato é de 755 dias, com início em 8 de dezembro de 2014 e termo em 31 de dezembro de 2016, de modo a poder vir a ser incluído numa outra apólice que cobre os riscos de 42 edifícios municipais e cujo período de vigência termina em 31 de dezembro de 2016. c) Estima-se este contrato em €16.200,00 (dezasseis mil e duzentos euros), isento de IVA conforme disposto no nº 28 do artigo 9º do Código do IVA, já com a aplicação da redução remuneratória prevista na alínea c), nº 1 do artigo 2º da Lei nº 75 /2014, de 12 de setembro, assim repartido: a. ano de 2014 - €4.050,00; b. ano de 2015 - €4.050,00; c. ano de 2016 - €8.100,00; d) A esta despesa corresponde a declaração de cabimento nº 4423; e) Propõe-se a adoção de procedimento por ajuste direto, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 20º do

Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de outubro, com convite a várias entidades; f) Considerando ainda que se trata da assunção de um novo compromisso, com carácter plurianual, deve a despesa que resulta deste contrato ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal conforme disposto alínea c), nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. À consideração do superior.”

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PARA ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO - Presente a

seguinte informação da Coordenadora Técnica da Divisão de Património Municipal: “ **1 – Objeto:** Aquisição de serviços de seguro multirriscos para de 103 edifícios do 1º ciclo do ensino básico e respetivos conteúdos. **2 - Considerandos:** O Município é tomador de uma apólice de seguro de incêndio, queda de raio e explosão do parque escolar do 1º ciclo do ensino básico, em vigor até 28 de janeiro de 2015. O contrato vigente é anterior ao Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro que aprova o Código dos Contratos Públicos; O capital seguro de alguns edifícios e conteúdos encontra-se desatualizado; É de todo conveniente salvaguardar o investimento efetuado quer na construção, quer na ampliação e apetrechamento de vários edifícios escolares; Tem-se vindo a constatar que os imóveis e respetivos recheios estão presentemente expostos a riscos outrora menos frequentes, nomeadamente aos provocados por circunstâncias adversas inerentes a fenómenos climatéricos, furto ou roubo, riscos elétricos, danos à propriedade, atos de vandalismo, entre outros; Conforme recomendação da Inspeção Geral de Finanças a



cobertura de riscos através de seguros é uma gestão prudente, que visa a proteção do património municipal. **3 – Proposta** - Submete-se à consideração superior a contratação de um seguro multirriscos para 103 edifícios do 1º ciclo do ensino básico e respetivos conteúdos, identificados no quadro em anexo (doc1) e nos termos do caderno de encargos cuja minuta também se junta em anexo (doc. 2), sendo o capital total a segurar de €67.011.015,87. Ao abrigo do nº 11 do artigo 73º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro deverá ser submetido à aprovação da Câmara Municipal a celebração de um contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a aquisição de serviços de seguro serviços de seguro multirriscos para 103 edifícios do 1º ciclo do ensino básico e respetivos conteúdos; b) A duração do contrato é de 3 anos, com início no dia 1 de janeiro de 2015 e termo em 31 de dezembro de 2017; c) Estima-se este contrato em €72.000,00 (setenta e dois mil euros), isento de IVA conforme disposto no nº 28 do artigo 9º do Código do IVA, já com a aplicação da redução remuneratória prevista na alínea c), nº 1 do artigo 2º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, assim repartido: a. ano de 2015 - €24.000,00; b. ano de 2016 - €24.000,00; c. ano de 2017 - €24.000,00; d) Atendendo a que o serviço a prestar só produzirá efeitos no orçamento de 2015, que ainda não se encontra aprovado, esta despesa será cabimentada para efeitos de adjudicação, nos termos do nº 3 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho; e) Propõe-se a adoção de procedimento por ajuste direto, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de outubro, com convite a várias entidades; f) Considerando ainda que se trata da assunção de um novo compromisso, com caráter plurianual, deve a

despesa que resulta deste contrato ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal conforme disposto alínea c), nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. À consideração do superior.”

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PARA EDIFÍCIOS DAS EB 2,3 E PAVILHÕES DESPORTIVOS -

Presente a seguinte informação da Coordenadora Técnica da Divisão de Património Municipal: “**1 – Objeto:** Aquisição de serviços de seguro multirriscos para 13 edifícios do 2º e 3º ciclos do ensino básico, respetivos conteúdos e 2 pavilhões desportivos municipais e correspondentes equipamentos. **2 - Considerandos:** Em conformidade com o disposto no nº 1 do artigo 56º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, a partir de 1 de Janeiro de 2011, foi transferida para os Municípios a titularidade do direito de propriedade dos prédios afetos às escolas que se encontrem sob gestão municipal, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 2º e dos artigos 8º, 12º e 13º do Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de Julho, alterado pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril. Ao abrigo do referido Decreto-Lei nº 144/2008, foi celebrado em 16 de setembro de 2008 o Contrato de Execução entre o Município de Guimarães e o Ministério da Educação, sendo pois o Município proprietário dos estabelecimentos de ensino EB2,3 de Abação, Abel Salazar-Ronfe, D. Afonso Henriques-Creixomil, Briteiros- Briteiros S. Salvador, João de Meira-Costa, Egas Moniz-Urgezes, Fernando Távora-Fermentões, Gil Vicente-Urgezes, Mário Cardoso-Ponte, Virgínia Moura-Moreira de Cónegos, Pevidém-Selho S. Jorge, Caldas das Taipas-Caldelas e S. Torcato. Embora não seja legalmente obrigatório segurar estes edifícios e respetivos conteúdos, entende-



se conveniente, tal como recomendação da Inspeção Geral de Finanças, salvaguardar o património municipal tendo em conta os elevados investimentos efetuados e os riscos a que estão sujeitos, numa ótica de gestão prudente que visa a proteção do património municipal. Os locais de riscos a segurar e respetivos capitais são os constantes do quadro infra. -----

Local de risco	Valor a segurar edifício	Valor mobiliário	Valor equipamento informático, elétrico e eletrónico
EB2,3 de Abação – Rua de S. José	3.081.056,00 €	5.355,34 €	371,00 €
EB2,3 de Briteiros, freguesia de Briteiros S. Salvador	2.927.003,20 €	0,00 €	1.038,82 €
EB2,3 de Caldas das Taipas – Caldelas	3.007.530,80 €	453,72 €	0,00 €
EB2,3 João de Meira - Costa	4.355.380,99 €	277.074,01 €	753.617,79 €
E.B.2,3 Afonso Henriques – Creixomil	3.391.262,32 €	47.334,15 €	5.422,46 €
EB2,3 Fernando Távora - Fermentões	1.960.672,00 €	5.442,17 €	5.902,85 €
EB2,3 de Moreira de Cónegos	3.291.128,00 €	17.213,66 €	1.708,34 €
EB2,3 Mário Cardoso - Ponte	2.800.960,00 €	453,72 €	0,00 €
EB2,3 Abel Salazar - Ronfe	3.557.219,20 €	6.220,82 €	132,61 €
EB2,3 de S. Torcato	2.800.960,00 €	0,00 €	0,00 €
E.B.2,3 Pevidém - Selho S. Jorge	4.218.245,76 €	13.908,17 €	8.026,02 €
EB2,3 Egas Moniz - Urgezes	2.716.931,20 €	4.740,57 €	46,38 €
EB2,3 Gil Vicente - Urgezes	3.515.204,80 €	18.875,70 €	4.085,39 €
Pavilhão Desportivo Municipal de Lordelo	1.365.468,00 €	3.411,01 €	310,32 €
Pavilhão Desportivo Municipal de Souto Santa Maria	1.190.408,00 €	14.701,89 €	1.751,33 €
TOTAL	44.179.430,27 €	415.184,93 €	782.413,31 €
TOTAL GERAL	45.377.028,51 €		

3 – Proposta - Submete-se à consideração superior a contratação de um seguro multirriscos para os 15 edifícios e conteúdos, identificados no quadro supra e nos termos do caderno de encargos cuja minuta se junta em anexo. Ao abrigo do nº 11 do artigo 73º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro deverá ser submetido à aprovação da Câmara Municipal a celebração de um contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a aquisição de serviços de seguro multirriscos de 13 edifícios do 2º e 3º ciclos do ensino básico, respetivos conteúdos e 2 pavilhões desportivos municipais e correspondentes equipamentos. b) A duração do contrato é de 3 anos, com início no dia 1 de novembro de 2014 e termo em 31 de outubro de 2017; c) Estima-se este contrato em €54.000,00 (cinquenta e quatro mil euros), isento de IVA conforme disposto no nº 28 do artigo 9º do Código do IVA, já com a aplicação da redução remuneratória prevista na alínea c), nº 1 do artigo 2º da Lei nº 75 /2014, de 12 de setembro, assim repartido: a. ano de 2014 - €9.000,00; b. ano de 2015 -€9.000,00; c. ano de 2016 - €18.000,00; d. ano de 2017 - €18.000,00; d) - A esta despesa corresponde a declaração de cabimento nº 4422; e) - Propõe-se a adoção de procedimento por ajuste direto, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de outubro, com convite a várias entidades; f) Não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como dos respetivos cônjuges, algum parente, ou afim em linha reta ao até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum; g) Considerando ainda que se trata da assunção de um novo compromisso, com carácter plurianual, deve a despesa que resulta deste contrato ser submetido à aprovação da



Assembleia Municipal conforme disposto alínea c), nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. À consideração do superior.”

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA NAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES - AVEPARK - PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, S.A., E.M – Presente a

seguinte informação da Chefe de Divisão de Serviços Urbanos: “**1.**

Objeto: prestação de serviços de segurança e vigilância na portaria do AVEPARK – Parque de Ciência e Tecnologia, S.A., E.M. com um posto de vigilância/segurança 24 horas. **2.**

Considerandos: - Que, sob proposta da Câmara Municipal, em 9 de junho de 2014, foi já aprovada em Assembleia Municipal a dissolução da AVEPARK – Parque de Ciência e Tecnologia, S.A., E.M” (AVEPARK), com internalização da sua atividade pelo Município; - Que em tal deliberação foi também aprovada a transmissão para o Município do património mobiliário e imobiliário da AVEPARK; - Que no complexo imobiliário da AVEPARK se encontra instalado o Parque de Ciência e Tecnologia das Taipas (PCTT) o qual tem sedeadas, instaladas e em funcionamento várias entidades empresariais, que desenvolvem atividades de reconhecido mérito científico e tecnológico, com as quais foram celebrados contratos de prestação de serviços pela AVEPARK que incluem no seu objeto, a segurança e vigilância geral exterior das instalações; - Que o contrato de prestação de serviços de segurança do PCTT terminou em 31 de julho de 2014, tendo-se manifestado urgente assegurar a manutenção de tais serviços de vigilância, quer para garantia e integridade do património, quer

para cumprimento dos contratos celebrados com as entidades empresariais aí sedeadas e instaladas; - Que os atos de transmissão do património ainda não foram formalmente concretizados não tendo contudo a AVEPARK capacidade financeira para assumir o encargo com a prestação de tal serviço; - Que, por contrato celebrado em 16 de fevereiro de 2012 com a empresa "RONSEGUR - RONDAS E SEGURANÇA, LDA", esta assegura, através de uma prestação de serviços, a segurança e vigilância nas instalações e equipamentos do Município de Guimarães, até 15 de fevereiro de 2015; - Que esta empresa se mostrou disponível para prestar estes serviços ao Município pelos mesmos valores que se encontra a praticar no âmbito daquele contrato celebrado no ano de 2012; - Que, considerando a urgência na contratação deste serviço, conforme supra exposto, se solicitou a esta empresa o início da prestação do serviço logo no dia 1 de agosto, dia imediatamente a seguir ao termo do contrato anterior de prestação de serviços de segurança do PCTT, para um posto de vigilância/segurança 24 horas. - Que a execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos e formação especializados na área da contabilidade autárquica; - Não foi solicitada informação à Divisão de Recursos Humanos nem consultada a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), uma vez que se trata da contratação de serviços que devem ser prestados por empresas devidamente certificadas para a prestação destes serviços, não se enquadrando, por isso, em qualquer situação passível de recurso ao quadro de pessoal, a recrutamento ou a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; - Trata-se de realização de trabalho não subordinado. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei



n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é prestação de serviços de segurança e vigilância na portaria do AVEPARK – Parque de Ciência e Tecnologia, S.A., E.M. com um posto de vigilância/segurança 24 horas, para um prazo de 5 meses (agosto de 2014 a fevereiro de 2015). b) A despesa estima-se em €35.091,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 020218 correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto à empresa "RONSEGUR – RONDAS E SEGURANÇA, LDA", pelas razões supra expostas, e nos termos do n.º 1 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos. e) Não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) A entidade a contratar tem regularizadas as suas obrigações fiscais e para com a segurança social. g) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 2.º da Lei n.º 75/2014, de 2 de setembro, por remissão do art.º 7.º do mesmo diploma legal, e do art.º 73.º da Lei n.º 83 -C/2013, de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 13/2014, de 14 de março (LOE 2014) porquanto o preço inicialmente apresentado pela empresa para a prestação deste serviço era de €5.570,00/mês, valor ao qual foi aplicada a redução remuneratória de 10% prevista na al. c) do n.º 1 daquele art.º 2.º.

h) Considerando ainda que se trata da assunção de um novo compromisso, com carácter plurianual, deve ainda a despesa que resulta desta contratação ser aprovada em sessão da Assembleia Municipal, conforme dispõe o art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, sendo a seguinte a respetiva repartição de encargos: ----

Repartição de encargos	
Ano 2014 (1 agosto a 31 dez.)	Ano 2015 (jan. e fev.)
25.065,00€	10.026,00€
Aos valores acima indicados acresce IVA à taxa legal em vigor (23%)	

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PATRIMÓNIO - CONTRATO DE COMODATO COM A OFICINA –

Presente a seguinte proposta: "Considerando: - Que a gestão dos equipamentos culturais municipais deve obedecer a uma visão integrada e coordenada como forma de assegurar a coerência da intervenção cultural a promover em tais equipamentos; - Que a prossecução e concretização dos objetivos que presidiram à edificação do Centro Cultural Vila Flor e da Plataforma das Artes e da Criatividade impõem a criação de condições que viabilizem e assegurem a sua programação e gestão; - Que o Centro Cultural Vila Flor é um espaço de referência no panorama cultural nacional, dedicado à difusão das artes plásticas e das artes de palco, constituindo-se como instrumento fundamental para a afirmação de Guimarães como cidade de cultura aberta a todos os públicos e que, desde a sua inauguração, em setembro de 2005, tem realizado com pleno sucesso o propósito de dar forma e vida a mais de 20 anos de percurso cultural existente na cidade, mas também como motor de descentralização, permitindo a Guimarães fazer parte dos roteiros culturais do país. - Que a Plataforma das Artes e Criatividade é um projeto infraestrutural de transformação do antigo Mercado de Guimarães num espaço multifuncional



dedicado à atividade artística, cultural e económico-social alojando um conjunto de valências de que se destacam o Centro Internacional das Artes José de Guimarães, uma área de exposições temporárias, espaços polivalentes destinados a atividades complementares, apresentações e pequenos espetáculos e os Ateliers Emergentes de Apoio à Criatividade, espaços de trabalho vocacionados para jovens criadores que, em diversas áreas de atividade, pretendam desenvolver projetos de carácter temporário. - Que o MUNICÍPIO é proprietário dos imóveis culturais mencionados, não dispendo, contudo, dos meios técnicos e humanos indispensáveis à sua gestão e programação, objetivos que o MUNICÍPIO encara como prioritários para o desenvolvimento e consolidação da sua estratégia de intervenção cultural, designadamente da continuidade da afirmação de Guimarães como cidade europeia de referência cultural após ter sido Capital Europeia da Cultura em 2012; - Que a Cooperativa Oficina, constituída em 1989, acumulou, ao longo dos últimos anos, experiência de gestão de equipamentos culturais com a qualidade e a competência que lhe são amplamente reconhecidas; - Que, no âmbito de tal gestão, a Oficina tem desenvolvido uma programação no domínio das Artes Plásticas e das Artes de Palco com papel de relevo e amplamente reconhecido na criação de públicos, na produção cultural e na afirmação de Guimarães como destino cultural à escala internacional; - Que, por integrar instituições e individualidades do Concelho, a Cooperativa Oficina garante, para além da intervenção da Autarquia, uma gestão participada e partilhada com outros atores que importa implicar na gestão dos equipamentos identificados; - Que a Oficina já dispõe de recursos especializados e experientes que podem e devem continuar mobilizados para a gestão destes equipamentos; - Que, por força

das responsabilidades que assumiu no âmbito da Capital Europeia da Cultura, nomeadamente em matéria de programação e produção artística e cultural, e de gestão das candidaturas a fundos comunitários, A Oficina reforçou as suas competências e experiência, que importa aproveitar e potenciar; - - Que a Oficina foi contemplada com um financiamento plurianual contratualizado em 28 de junho de 2013 com a Direção Geral das Artes da Secretaria de Estado da Cultura, no âmbito do qual se comprometeu a realizar o programa cofinanciado com o montante de €367.800,00 para 2015 e €367.800,00 para 2016, cuja execução é crucial assegurar, assim honrando os compromissos assumidos; - Que a Oficina, pela sua experiência, pelo conhecimento do território, das instituições e das suas gentes, pelas competências, agora reforçadas no âmbito da Capital Europeia da Cultura, é a instituição cultural que reúne as melhores condições para dar continuidade ao esforço feito, às mudanças operadas, ao legado de Guimarães 2012, e à criação de novo legado; Proponho Que a Câmara Municipal delibere aprovar a celebração do contrato de comodato em anexo, que fixa as condições em que o Município cede aqueles imóveis à Cooperativa Oficina, CIPRL." A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. O Presidente da Câmara informou que a presente proposta será submetida à Assembleia Municipal, de modo a ter uma maior participação na discussão. -----

DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima,



António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Luísa Pedroso. – O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Em Guimarães, a política cultural foi estruturalmente concebida de forma a reforçar e manter uma oferta qualificada e que ao mesmo tempo fosse capaz de atrair, formar e satisfazer diferentes segmentos da procura. A autarquia teve como objetivo assegurar a preservação do património arquitetónico, cultural e histórico, infraestruturas e equipamentos, assim como apoiar e incentivar as instituições e coletividades produtoras e promotoras de atividades na área da cultura. Desta forma pretendeu não só salvaguardar e divulgar as diferentes práticas culturais tradicionais, mas também dinamizar e potenciar o aparecimento de atividades e eventos com carácter inovador. No que concerne às práticas culturais da população o grande objetivo foi a formação e a atração de diferentes segmentos de público, onde se incluía, por um lado, a população residente, destacando-se destes os mais jovens e, por outro, os turistas e visitantes. Atendendo à política traçada, os principais eixos estratégicos de intervenção tiveram por finalidade dar respostas aos desafios contemporâneos e às aspirações dos cidadãos, contribuindo para o desenvolvimento, valorização, afirmação e promoção da cidade. Diversificar a oferta cultural de acordo com as exigências de um público com novos padrões de consumo cultural, de forma a qualificar Guimarães como espaço de cultura e lazer de qualidade foi um objetivo claro da política cultural da cidade. A promoção da imagem do concelho tem passado por isso pela aposta forte em eventos culturais de vanguarda e de qualidade, de que o Guimarães Jazz é o exemplo mais consolidado no calendário cultural de Guimarães. Desde muito cedo que a estratégia para a

implementação da estratégia cultural passou pela valorização do trabalho desenvolvido pela Régie Cooperativa A Oficina, criada em 1989 por um executivo liderado pelo Partido Social Democrata, que foi adquirindo competências que contribuíram decisivamente para a afirmação de Guimarães enquanto território com um projeto cultural de referência. A partir de 2005 e até 2012, com a abertura do Centro Cultural Vila Flor, a Câmara Municipal de Guimarães estabeleceu protocolos de colaboração com a "A Oficina", modelo que permitiu obter resultados assinaláveis, culminando com a atribuição e implementação do desígnio GUIMARÃES 2012 CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA. Ao longo de todos estes anos, com a legislação vigente, o Tribunal de Contas pronunciou-se pela não sujeição a visto e, inclusive, pelo visto emitido a um protocolo de colaboração celebrado em 2012. O surgimento da Lei 50/2012 alterou o entendimento do Tribunal de Contas que recusou o visto ao protocolo de colaboração estabelecido para o ano 2013. Embora não concordando com o entendimento do Tribunal de Contas, para 2014 a Câmara Municipal abriu um concurso público internacional para o conjunto das atividades anteriormente garantidas pelo protocolo de colaboração. Apesar de apenas uma entidade ter apresentado proposta a este concurso, entendeu o Tribunal de Contas recusar o visto ao procedimento por, supostamente, essa entidade ter adquirido uma vantagem concorrencial resultante da circunstância da Presidência da Direção (Câmara Municipal de Guimarães) ser assegurada por um representante que simultaneamente é Vereador da Câmara Municipal. Temos assim que, para o Tribunal de Contas, por um lado a percentagem de capital detido pela Câmara Municipal não é suficiente para que esta detenha um controlo análogo ao das Empresas Municipais e, por outro lado, a detenção da maioria do capital (84%) lhe dá uma



vantagem concorrencial num procedimento que apenas teve a Oficina como concorrente. A Câmara Municipal de Guimarães recorreu desta recusa de visto mas não pode deixar de procurar solução para garantir que o superior interesse público não é afetado e colocado em causa. Sempre no rigoroso cumprimento da legislação vigente, urgia encontrar uma solução que garantisse o essencial – o cumprimento do serviço público que foi definido como essencial em plano de atividades e orçamento. **Assim, considerando:** - Que a gestão dos equipamentos culturais municipais deve obedecer a uma visão integrada e coordenada como forma de assegurar a coerência da intervenção cultural a promover em tais equipamentos; - Que a prossecução e concretização dos objetivos que presidiram à edificação do Centro Cultural Vila Flor e da Plataforma das Artes e da Criatividade impõem a criação de condições que viabilizem e assegurem a sua programação e gestão; - Que o Centro Cultural Vila Flor é um espaço de referência no panorama cultural nacional, dedicado à difusão das artes plásticas e das artes de palco, constituindo-se como instrumento fundamental para a afirmação de Guimarães como cidade de cultura aberta a todos os públicos e que, desde a sua inauguração, em setembro de 2005, tem realizado com pleno sucesso o propósito de dar forma e vida a mais de 20 anos de percurso cultural existente na cidade, mas também como motor de descentralização, permitindo a Guimarães fazer parte dos roteiros culturais do país. - Que a Plataforma das Artes e Criatividade é um projeto infraestrutural de transformação do antigo Mercado de Guimarães num espaço multifuncional dedicado à atividade artística, cultural e económico-social alojando um conjunto de valências de que se destacam o Centro Internacional das Artes José de Guimarães, uma área de exposições temporárias, espaços

polivalentes destinados a atividades complementares, apresentações e pequenos espetáculos e os Ateliers Emergentes de Apoio à Criatividade, espaços de trabalho vocacionados para jovens criadores que, em diversas áreas de atividade, pretendam desenvolver projetos de carácter temporário. - Que o MUNICÍPIO é proprietário dos imóveis culturais mencionados, não dispondo, contudo, dos meios técnicos e humanos indispensáveis à sua gestão e programação, objetivos que o MUNICÍPIO encara como prioritários para o desenvolvimento e consolidação da sua estratégia de intervenção cultural, designadamente da continuidade da afirmação de Guimarães como cidade europeia de referência cultural após ter sido Capital Europeia da Cultura em 2012; - Que a Cooperativa Oficina, constituída em 1989, acumulou, ao longo dos últimos anos, experiência de gestão de equipamentos culturais com a qualidade e a competência que lhe são amplamente reconhecidas; - Que, no âmbito de tal gestão, a Oficina tem desenvolvido uma programação no domínio das Artes Plásticas e das Artes de Palco com papel de relevo e amplamente reconhecido na criação de públicos, na produção cultural e na afirmação de Guimarães como destino cultural à escala internacional; - Que, por integrar instituições e individualidades do Concelho, a Cooperativa Oficina garante, para além da intervenção da Autarquia, uma gestão participada e partilhada com outros atores que importa implicar na gestão dos equipamentos identificados; - Que a Oficina já dispõe de recursos especializados e experientes que podem e devem continuar mobilizados para a gestão destes equipamentos; - Que, por força das responsabilidades que assumiu no âmbito da Capital Europeia da Cultura, nomeadamente em matéria de programação e produção artística e cultural, e de gestão das candidaturas a fundos comunitários, A Oficina reforçou as suas



competências e experiência, que importa aproveitar e potenciar; - Que a Oficina foi contemplada com um financiamento plurianual contratualizado em 28 de junho de 2013 com a Direção Geral das Artes da Secretaria de Estado da Cultura, no âmbito do qual se comprometeu a realizar o programa cofinanciado com o montante de €367.800,00 para 2015 e €367.800,00 para 2016, cuja execução é crucial assegurar, assim honrando os compromissos assumidos; - Que a Oficina, pela sua experiência, pelo conhecimento do território, das instituições e das suas gentes, pelas competências, agora reforçadas no âmbito da Capital Europeia da Cultura, é a instituição cultural que reúne as melhores condições para dar continuidade ao esforço feito, às mudanças operadas, ao legado de Guimarães 2012, e à criação de novo legado; **Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista votam favoravelmente a celebração do contrato de comodato por entenderem que no atual quadro legal esta é a melhor solução, senão a única, para o garante de que o acesso à Cultura e a afirmação do projeto cultural de Guimarães não é interrompido por uma Lei que desconsidera a relevância da intervenção autárquica e o seu decisivo contributo para um serviço público de qualidade e equidade. Esta posição suporta-se no respeito pelos mais elementares princípios ideológicos que estão subjacentes à prática política do Partido Socialista.** -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Luísa Pedroso apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Esta temática, como a temos designado e como o têm igualmente reconhecido os responsáveis socialistas da Câmara Municipal, é o maior problema que esta Câmara tem para resolver. Mas que seja claro, problema causada apenas por ela

própria. Problema que existe hoje porque a Câmara de Guimarães quis, ao longo dos anos e dos sucessivos Governos, manter um sistema que na realidade representava uma fuga ao regime instituído para o setor empresarial local. A lei permitiu, a dada altura, que os municípios pudessem deter extensões materiais da sua atividade, mas despidas das limitações que impõe o contrato de trabalho da função pública, isto é, permitiu-se aos municípios deter verdadeiras empresas, cujos trabalhadores estavam sujeito ao regime do contrato individual de trabalho, e não ao regime em vigor para a função pública, permitindo-se assim maior elasticidade e eficiência na gestão de determinados pelouros a cargo do ente público autárquico, de nível municipal. No entanto, em Guimarães, não satisfeitos com esta permissividade legal, a gestão socialista da Câmara de Guimarães resolveu ir ainda mais longe. Desta forma, ao invés de deter empresas municipais, sujeitas ao respetivo regime legal, resolveu atuar politicamente nas áreas para as quais disponibiliza maiores índices de investimento, por serem as suas áreas centrais de atuação de acordo com a sua opção política (cultura, desporto e ação social), resolveu atuar dizíamos com recurso à figura das cooperativas. No entanto, cooperativas fictícias no que respeita à dimensão ideológica do cooperativismo pois que nelas detém o Município de Guimarães percentagens de participação sempre superiores a 90%: são as régie-cooperativas. Contra isto sempre se manifestaram os partidos dos vereadores subscritores, desde a primeira hora. Designadamente e nas reuniões de Câmara Municipal, o PSD sempre se manifestou contra – e de forma ruidosa – esta atuação que não representava mais do que uma fuga às regras instituídas. Aliás, esta conclusão quanto à intencionalidade da fuga às regras não é da nossa lavra, é resultante de um modo manifesto de “ações de formação”



realizadas por aquele que era na altura um vereador municipal, hoje Vice-Presidente da atual Câmara Municipal, Amadeu Portilha, que em palestras por esse País defendia as virtualidades deste regime que permitia às autarquias andarem à margem do sistema pensado e definido pela Lei para o setor empresarial local (juntamos cópia do *power point* da referida exposição). A verdade é que esta opção da Câmara Municipal acabou por a trazer para o ponto em que inevitavelmente cai quem procura viver à margem das regras instituídas, que é a de ficar “enredada na própria teia”. A Lei 50/2012 veio a impedir a transferência de montantes financeiros, mediante protocolo, para entidade que não fossem Empresas Municipais. Mas a Câmara de Guimarães cuidando-lhe aplicar-se-lhe um diferente regime legal, continuou alegremente a manter em vigor os referidos protocolos, que naturalmente, vieram a ser chumbados pelo Tribunal de Contas. Logo se seguiu a habitual vitimização de que a culpa seria do Tribunal de Contas, depois não era do Tribunal de Contas porque este se limitava a aplicar a Lei, era então do Governo que a havia criado. A culpa, claro está, nunca foi de quem tentou sempre viver à margem das regras instituídas, era do Governo. No momento seguinte, mantendo a estratégia de abdicar de procurar uma adaptação ao regime em vigor no País de que este município faz também parte, até porque lhe deu origem, a Câmara ensaia a interpretação do Tribunal de Contas de que as cooperativas, ainda que régie-cooperativas, são entidades equiparáveis a associações privadas (porque têm outros cooperantes privados, ainda que minoritários), pelo que estas prestações de serviços o deveriam ser através do regime previsto para a contratação público, o que, atentos os valores em consideração, teria que assumir a figura do concurso público. A Câmara de Guimarães avança então para o concurso

público desta atividade: serviços sociais, culturais e desportivos. Dá início ao procedimento concursal, numa votação que contou com a participação de todos os vereadores, que inclusive subscreveram uma declaração de voto. Onde se incluíam os vereadores das respetivas pastas – social, cultural e desportiva – que acumulavam funções com a de Presidentes das respetivas cooperativas. Mais tarde, quando – para grande surpresa! – as régie-cooperativas em causa vieram a sair vencedoras dos respetivos concursos públicos, das peças do procedimento constavam declarações sob compromisso de honra, destes três vereadores enquanto Presidentes das entidades a concurso, em como não tinham tido conhecimento prévio dos documentos do concurso. Imediatamente os vereadores aqui subscritores chamaram a atenção para esta ilegalidade manifesta, e solicitaram ao executivo socialistas que anulasse o concurso público e desse início a novo procedimento. Primeiro, estes nossos ouvidos ainda ouviram que tinha sido engano na elaboração da ata, mas depois, numa fase (apesar de tudo) de maior sensatez, tivemos como resposta a teimosia habitual: que confiavam no que estava feito e que confiavam que o Tribunal de Contas não deixaria de aprovar. O Tribunal de Contas veio, obviamente, a reprovar tal tentativa de fazer passar um procedimento concursal com ilegalidades manifestas. Aliás, foi até o Tribunal de Contas bastante tolerante e permissivo ao não ordenar a extração de certidões atenta a gravidade dos factos de que teve conhecimento objetivo e sobre os quais não quis refletir, para além da recusa de visto sobre que lhe competia apreciar. A Câmara de Guimarães encontra-se, assim, nesta situação, por não ter querido converter estas régie-cooperativas em empresas municipais, como podia nos termos da própria Lei 50/2012. O que não fez de forma obviamente



intencional, para que se lhe não aplicassem as regras que neste País um Governo em legitimidade de funções entendeu fazer aplicar a todo o setor empresarial local. A Câmara de Guimarães, sempre mais inteligente e avisada, quis manter o seu regime paralelo, quis continuar a viver à margem das regras instituídas, de tal modo que tem vivido todos estes anos com as suas cooperativas incólumes às regras que existem em Portugal para o setor empresarial local, e que estão a ser cumpridas em todo o País, menos em Guimarães. Agora, encaixada numa "camisa de varas" como se quis colocar a Câmara de Guimarães, a Câmara opta por uma saída que é afinal igual ao caminho que vem sendo seguido até aqui, isto é, continua com expedientes a procurar fugir ao que está instituída e permitir-se viver à margem das regras que se aplicam para todos os outros municípios. Num expediente que se elogia pela sua inteligência jurídica, que é aliás proporcional à sua simplicidade, a Câmara propõe-se agora entregar, às mesmas cooperativas, todos os edifícios públicos que estas até aqui geriam mediante protocolo celebrado com o Município, mas sob o regime de comodato. Que é o que aqui nos é proposto. Contudo, para vigorar o comodato, não podem as cooperativas naturalmente explorar os respetivos espaços, ou estaríamos perante uma concessão. Assim sendo, as receitas advindas da exploração dos espaços constituirá receita própria do Município de Guimarães, e nunca do comodatário que apenas utilizará gratuitamente os referidos espaços. Mas então, como será possível que se mantenham financeiramente equilibradas estas cooperativas se afinal ficarão responsáveis pelos espaços mas inibidas de recolher as respetivas receitas advindas da sua exploração? Porque serão objeto de subsídio pela Câmara de Guimarães, subsídio esse que não sendo sujeito a visto do Tribunal de Contas não constituirá

qualquer problema do ponto de vista jurídico. Aqui chegados, resta concluir de um modo claro. Em primeiro, esta solução representa uma absoluta coerência com o caminho que vem sendo seguido até aqui, um caminho paralelo, um caminho à margem das regras, um caminho que com que não aplique em Guimarães a Lei que aplica no resto do País. Estamos frontalmente contra esse caminho! Estamos hoje, como estivemos ontem. Estamos hoje acrescidamente na medida em que ele vai assumindo requintes mais rebuscados à medida que a malha vai apertando. Isto não é nenhuma solução, isto é um “tapa buracos”, isto é mais um expediente que representa uma fraude ao regime legal instituída. Embora jogando com as suas regras. Isto é além do mais um cheque em branco para que a atuação destas cooperativas continue sem supervisão institucional, a funcionar num regime que terá a transparência que os seus responsáveis entenderem conceder. Isto é, para além do mais, manter sob a forma de subsídios entidades que a própria Câmara considera estranha à sua esfera de atuação (ou não as subsidiaria), mas que são na realidade detidas em mais de 90% pela Câmara Municipal, ou seja, a entidade subsidiante controla mais de 90% daquela à qual vai atribuir subsídio, o que é um negócio que nos causa muita estranheza e dúvidas. No entanto, é igualmente verdade que sabemos que os menos culpados por toda esta situação são os trabalhadores das régie-cooperativas em causa. Que são aqueles a quem foi prometida uma estabilidade que as sucessivas opções políticas do executivo socialista não conseguem assegurar. E que são aqueles que padecerão, em primeiro lugar, com as opções tomadas pelos responsáveis políticos, com decisões que são tudo menos responsáveis. Apesar de sabermos que os vereadores e responsáveis pelas cooperativas em causa soltam a insídia junto



dos trabalhadores voltando-os contra este grupo de vereadores, que tem o direito – e aliás o dever! – de defender uma opção diferente, porque correta e porque adequada ao Estado de Direito em que queremos viver, apesar disso sabemos que as cooperativas em causa, sobretudo a cooperativa A Oficina, vivem tempos de urgência, vivem tempos em que as sucessivas opções do executivo socialista colocam os seus trabalhadores perante a iminência do despedimento, por insuficiência de verbas para manter em funcionamento as respetivas cooperativas, por esse motivo e apenas por esse motivo, não votamos contra esta proposta, que não subscrevemos minimamente. Consideramos contudo que a urgência da tomada de decisão justifica que possamos “fechar os olhos” e tomar uma posição que contraria os nossos princípios de atuação política e a nossa coerência nesta matéria, mas por consciência que é porventura, em termos imediatos, a única forma de adiar por mais algum tempo uma decisão que tem que ser tomada, e que não é com certeza esta que agora se toma, que mais não é do que mais um expediente para permitir que o Município de Guimarães se mantenha à margem das regras instituídas, com o que não podemos, de modo algum, pactuar.” ---

RECURSOS HUMANOS - RECRUTAMENTO EXCECIONAL DE ASSISTENTES OPERACIONAIS - RESERVA DE RECRUTAMENTO

– Presente a seguinte proposta da Vereadora Adelina Paula Pinto: “Em reunião realizada a 21 de novembro de 2013, a Assembleia Municipal deliberou aprovar o recrutamento excecional de assistentes operacionais, ao abrigo do disposto no artigo 66.º da Lei do Orçamento de Estado então em vigor, tendo fixado em 23 o número de trabalhadores a recrutar. Este procedimento veio a ser publicitado por aviso publicado em Diário da República a 30 de janeiro de 2014, tendo sido admitidos, nos

meses de agosto e setembro do corrente ano, a totalidade dos 23 candidatos, de acordo com a respectiva lista de ordenação. Continuando a verificar-se uma redução significativa dos recursos humanos afetos aos serviços operativos em causa, torna-se imprescindível promover novos recrutamentos, para assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público estabelecidas. Nos procedimentos concursais em causa foram constituídas reservas de recrutamento internas, que se mantêm válidas pelo prazo de 18 meses contados da homologação das respectivas listas de ordenação final, conforme disposto no art. 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro. Dada a necessidade de ocupação de idênticos postos de trabalho, poderá, assim, recorrer-se à reserva ali constituída, desde que, verificados os pressupostos previstos na Lei do Orçamento de Estado para 2014, seja autorizado pela Assembleia Municipal o recrutamento de trabalhadores sem prévia relação jurídica de emprego público. Assim, considerando que: a) Continua a verificar-se carência de recursos ao nível de assistentes operacionais, quer no âmbito do Departamento de Obras Municipais/Divisão de Administração Direta, quer no Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente/Divisão de Espaços Verdes. b) Tem-se registado uma redução significativa dos recursos humanos da autarquia, decorrente, em especial, da concretização, no corrente ano de 2014, das aposentações antecipadas solicitadas em 2012, e que têm atingido especialmente o grupo dos assistentes operacionais. c) Encontram-se cumpridas as medidas de redução de trabalhadores impostas pela Lei do Orçamento de Estado. d) O Município de Guimarães tem cumprido integralmente os deveres de informação previstos na Lei das Finanças Locais e na Lei n.º 57/2011. e) Os encargos com os recrutamentos em causa estão



previstos no orçamento da autarquia. Nestes termos, propõe-se seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, o recrutamento excecional de mais cinco assistentes operacionais, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de acordo com as listas de ordenação resultantes dos procedimentos concursais referidos, nas seguintes áreas: carpinteiro (1), eletricista (1), picheleiro (1) e jardineiros (2).” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

RECURSOS HUMANOS – ACIDENTE PESSOAL – BENEFICIÁRIO CEI – INDEMNIZAÇÃO – Presente a seguinte proposta da Vereadora Adelina Paula Pinto: “João Augusto Mendes Rodrigues, beneficiário do projeto de trabalho socialmente necessário n.º 0162/CEI/13, em regime de contrato emprego-inserção, sofreu um acidente no âmbito e no exercício da atividade integrada neste projeto, que lhe provocou lesões que determinam a necessidade de prótese dentária (cfr. participação do acidente – Anexo 1). Nos termos do disposto no artigo 9.º da Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro, é aplicável aos beneficiários desta medida o regime de segurança e saúde no trabalho aplicável à generalidade dos trabalhadores da entidade promotora. E, de acordo com o n.º 3 do art. 14.º daquela Portaria, cabe à entidade promotora efetuar um seguro que cubra os riscos que possam ocorrer durante e por causa do exercício das atividades integradas num projeto de trabalho socialmente necessário. O município de Guimarães, enquanto entidade promotora, procedeu à aquisição desse seguro, ao abrigo das regras da contratação pública, que garante a reparação da generalidade das lesões decorrentes da prestação da atividade, mas que exclui expressamente as despesas

resultantes da implantação ou reparação de próteses ou Ortóteses”. Decorrendo da descrição do acidente, efetuada e confirmada pelos responsáveis do serviço onde decorre a prestação do trabalho socialmente necessário, que aquele ocorreu durante e por causa da atividade desenvolvida, constitui responsabilidade do Município de Guimarães a reparação dos danos por aqueles causados; e, apesar de a responsabilidade pela reparação estar transferida para uma companhia de seguros, estando a reparação de parte deles expressa e contratualmente excluída, compete ao Município de Guimarães a reparação do dano/lesão ao trabalhador. Tendo este apresentado declaração médica e orçamento dos trabalhos clínicos de intervenção (Anexos 2 e 3), e garantindo o seguro de acidentes pessoais apenas a liquidação, contra recibo, da realização do RX e da consulta, propõe-se que seja autorizado, em face do orçamento apresentado e não liquidável pelo seguro, o pagamento ao beneficiário da quantia de €215,00, garantindo-se, assim, a integral reparação da lesão e das suas consequências.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR – Presente a seguinte proposta: “O Regulamento de Projetos de Interesse Municipal que define os critérios a adotar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal para o concelho de Guimarães - “PEIM” - com o objetivo de conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder



regulamentar), e da alínea d), do artigo 15.º e n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com as alíneas g) do n.º 1, e k), do n.º 2, do artigo 25.º e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Guimarães, por deliberação de 30/12/2013, sob proposta da Câmara de 12/12/2013. Nos termos do art.º 5.º deste Regulamento, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **VIDRO-SOUTO DE MOREIRA, FERNANDES, MACEDO & CA LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a candidatura se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **46%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **SOCIEDADE TÊXTIL VITAL MARQUES RODRIGUES, FILHOS, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a candidatura se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **67%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios

fiscais contratuais ao investimento. **ELSA FILIPA PINTO FERREIRA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a candidatura se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **37%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **J.A.M. FERNANDES & IRMÃOS, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a candidatura se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **47%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficiam ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, a aprovação das candidaturas a PEIM apresentadas pelas empresa **VIDRO-SOUTO DE MOREIRA, FERNANDES, MACEDO & CA LDA, SOCIEDADE TÊXTIL VITAL MARQUES RODRIGUES, FILHOS, LDA, ELSA FILIPA PINTO FERREIRA, J.A.M. FERNANDES & IRMÃOS, LDA**, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a



aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.**” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO - AGOSTO DE 2014

– Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 20 de dezembro de 2013 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

AÇÃO SOCIAL – CASA DO POVO DE CREIXOMIL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO

– Presente a seguinte proposta: “No seguimento do processo de atribuição de subsídios a instituições de solidariedade social no ano de 2014, apresenta-se para aprovação a proposta de um subsídio à Casa do Povo de Creixomil ao abrigo do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho - Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social, destinado ao desenvolvimento de projetos associados às atividades nas áreas da Infância e da Terceira Idade, no valor de €27.500,00 euros (vinte e sete mil e quinhentos euros). A instituição em apreço cumpre os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento

supramencionado, desenvolvendo um trabalho válido desde a sua constituição há mais de 30 anos, particularmente a partir da década de 2000, período em que, após equiparação a IPSS, ofereceu um conjunto de serviços à comunidade, (Creche, Pré-escolar, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário), tendo a sua candidatura sido analisada de acordo com os critérios expressos nos artigos 10º e 11º do regulamento em vigor. Assim, ao abrigo do nº 2 do Artigo 3º do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho, propõe-se a atribuição do subsídio requerido.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO SOCIAL 2014 – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO - Presente a seguinte proposta: “Por solicitação da Divisão de Ação Social, a DTEP disponibilizou um autocarro nos meses e dias abaixo enumerados, para o apoio à “atividade de animação social 2014, para passeios à praia e ao campo”, dirigida a jovens de lares e de centros de acolhimento temporário e a pessoas idosas que residem em 37 instituições de solidariedade social, as deslocações a efetuar são num raio de 50 kms, nas seguintes datas: Junho: 16, 17, 18, 19,23, 24, 25, 26, 30; Julho: 1,2,3, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 21, 22,23,24,28, 29, 30, 31; Setembro: 1,2,3,4,8,9, 10, 11, 15, 16, 17, 18,22,23,24, 25, 29, 30; Outubro: 6, 7, 8, 9, 13, 14, 15, 16,20,21, 22, 23, 27, 28, 29, 30. Assim, considerando que se trata de uma atividade inserida no plano de atividades a desenvolver pela Divisão de Ação Social e que se trata de uma competência da reunião da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios, remete-se para ratificação o apoio concedido, bem como o pagamento de ajudas de custo aos motoristas.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - NOITE EUROPEIA DE INVESTIGADORES 2014 –



Presente a seguinte proposta do Vereador José Bastos: "A Noite Europeia de Investigadores (NEI), realiza-se, em simultâneo, em várias cidades dos Estados Membros da União Europeia e pretende aproximar os cidadãos dos cientistas e da ciência que produzem, dando a conhecer os cientistas e a ciência num ambiente descontraído e amigável. Assim, por toda a Europa, Centros de Ciência, Universidades, Museus, empresas e autarquias, vai decorrer, no dia 26 de setembro de 2014, mais uma edição da Noite Europeia dos Investigadores. A NEI, é uma iniciativa promovida pela Comissão Europeia, que através da realização de atividades, procura criar um ambiente propício à interação entre a comunidade científica e o público, sejam jovens com interesse em seguir uma carreira na área, crianças e adultos curiosos, professores que procuram dinamizar as suas salas, ou qualquer outra pessoa em busca de uma noite diferente. A NEI inclui iniciativas por todo o país, desde o início de setembro, que culminam com a grande Noite Europeia dos Investigadores, que este ano se celebra a 26 de setembro. A Escola de Ciências da Universidade do Minho, pelo terceiro ano consecutivo, é uma das instituições organizadoras da edição de 2014 da Noite Europeia dos Investigadores, propondo-se a fazê-lo, este ano, na cidade de Guimarães, com um programa diversificado, desde a projeção de um filme/ópera seguido de debate, e a realização de atividades *hands-on*, *speed dating* com cientistas e observação de estrelas. Numa ligação estreita do Município de Guimarães com a Universidade do Minho e a Comunidade Científica, patente na sua estratégia de desenvolvimento e divulgação científica e tecnológica, e considerando o papel da ciência na interação e cooperação entre territórios, povos, comunidades, economias, culturas, sociedades, redes sectoriais e internacionais, é deveras importante associarmo-

nos ao evento, apoiando e participando no mesmo, através de cedência de material e de recursos humanos (com assunção do pagamento de horas extraordinárias), para fazer face à boa prossecução do evento. Pelo interesse inequívoco de que se reveste a realização da "Noite Europeia de Investigadores 2014", proponho, ao abrigo da alínea o) do nº1 do artº 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a provação do apoio a prestar ao evento." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Luisa Pedroso apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "O ponto 26 em análise, que propõe o apoio do município ao evento a realizar na cidade de Guimarães denominado "*Noite Europeia de Investigadores 2014*" não merece aos vereadores do PSD e do CDS qualquer reserva no tocante à sua substância já que se trata de uma iniciativa da União Europeia que visa não só uma maior aproximação entre a comunidade científica e os cidadãos como representa sobretudo o reconhecimento da importância da Universidade do Minho na afirmação de novos paradigmas de desenvolvimento que se pretendem para Guimarães. Votando portanto a favor, não poderão os deixar de manifestar o seu veemente repúdio por mais este caso, depois de outros já antes denunciados, de apresentação de propostas, que tendo implicação de custos associados, são apresentadas sem a presença de qualquer orçamento, mesmo que estimado fosse." -----

CULTURA - ADESÃO À REDE DE MUSEUS E MONUMENTOS DO AVE (REMMO) – Presente a seguinte proposta do Vereador José Bastos: "A importância do trabalho em rede torna hoje quase desnecessária a justificação para criação de plataformas colaborativas de trabalho. Importa sim discutir as áreas de atuação



e as geometrias adequadas para que estas plataformas promovam a resolução de problemas concretos ou setoriais. Tal é a proposta de criação de uma rede de colaboração para a área dos Museus e dos Monumentos na NUT III Ave. Existem no território da NUT III Ave 36 Museus, centros interpretativos ou coleções visitáveis, com características praticamente opostas. Uns altamente profissionalizados, outros quase sem estatuto de visitabilidade. Existem para além disso algumas dezenas de monumentos classificados, que vão do património mundial (Guimarães) ao património de interesse municipal, passando por monumentos naturais. O estabelecimento de uma plataforma de cooperação nesta área permitirá que a multiplicidade de atrativos da região seja fator de fixação turistas, com dormida, ao permitir a elaboração de ofertas de visita mais diversificadas e complementares. O estabelecimento de uma plataforma de cooperação nesta área permitirá que as melhores práticas sejam estendidas a todo o território da NUT III Ave, garantindo excelência na oferta a fruir pelos visitantes. Finalmente esta rede permitirá que a procura de excelência e o conhecimento mútuo facilitem uma melhor fruição cultural por parte das populações de todo o território fazendo dele um exemplo ao nível da coesão e do equilíbrio entre municípios. A criação da Rede estabelecerá as bases de trabalho comum para os museus e monumentos do Ave, nas áreas da conservação, da investigação e da comunicação, facilitando a sua utilização como recurso educacional e turístico. A Rede tem por missão trabalhar e promover as seguintes áreas: Transportes; Formação de serviços intermunicipais credenciados para o transporte de obras de arte e peças museológicas; Estrutura de Inventário – atualização dos sistemas de inventário de museus e monumentos em cada município; Estruturas de Conservação –

aproveitamento e equipamento de estruturas de conservação comuns, com regras de funcionamento; Cooperação entre Serviços Educativos; Captação e itinerância de exposições; Inventário de um fundo de Equipamento para Exposições; Captação de parcerias Universitárias; Captação de Parcerias para a divulgação; Promoção de Rotas de Escritores; Promoção de Rotas temáticas no território da NUT III. Ave; Promoção de projetos ao nível do património imaterial; Promoção da Carta Arqueológica do Ave; Melhoria de sistemas de segurança das unidades da Rede (facilitando a itinerância de exposições e baixando custos de seguros); Articulação com Mediadores de Turismo e outros operadores tendo em vista o incremento da visitabilidade; Articulação com alojamentos e operadores tendo em vista o incremento de permanências com programa de visita na sub-região. Pelo interesse inequívoco de que se reveste a Criação da Rede e, concomitantemente, da Adesão de Guimarães à mesma, proponho a aprovação da Carta de Princípios da Rede de Museus e Monumentos da NUT III Ave, que junto se anexa, e respetiva Adesão.” A Carta de Princípios da Rede de Museus e Monumentos da NUT III Ave dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO - ATLETAS PREMIADOS NO ÂMBITO DA GALA DO DESPORTO 2014 – Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: “No âmbito da Gala do Desporto de 2014 e na sequência da aprovação do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Formação Desportiva em reunião de Câmara de 4 de março de 2010 e em Assembleia Municipal a 29 de abril de 2010, com as alterações introduzidas pela reunião de Câmara de 10 de fevereiro de 2011 e na Assembleia Municipal de 11 de março de 2011, venho



informar que os atletas premiados nas categorias previstas no referido regulamento foram os seguintes: Jovem Revelação Masculino – Fernando Ferreira – atleta Rope Skipping do CART; Jovem Revelação Feminina – Carlota Ribeiro – atleta de Atletismo da JUNI; Atleta do Ano Masculino – Paulo Machado - atleta de Rugby do GRUFC; Atleta do Ano Feminina – Soraia Ferreira – atleta de Karaté do Aquabrito; Atleta de Desporto Adaptado – Elisabete Costa – atleta de Judo da CERCIGUI. Assim, propõe-se que o Município de Guimarães ratifique as deliberações tomadas pela Comissão de Avaliação da Gala do Desporto e subsequentes procedimentos para a concessão dos correspondentes prémios num total de 11.000€, divididos da seguinte forma: 10 mensalidades de setembro de 2014 a junho de 2015 – atleta do ano 2500 euros cada, atleta jovem revelação e desporto adaptado 2000 euros cada. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO - VITÓRIA SPORT CLUBE – REPARAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE ÁGUAS PLUVIAIS NO COMPLEXO DESPORTIVO E REPAVIMENTAÇÃO DAS ÁREAS AFETADAS –

Presente a seguinte proposta: "A Direção do Vitória Sport Clube verificou a existência de danos nos terrenos do seu complexo desportivo, provocados por uma conduta de águas pluviais que atravessa esses terrenos, pelo que solicitou a sua reparação, com urgência, bem como a repavimentação das áreas afetadas. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se um investimento total de €5.849,80, de acordo com a quantificação em anexo, manifestando disponibilidade dos seus serviços para a execução da obra, nomeadamente no que diz respeito quer à aquisição do material, quer à disponibilização do equipamento e mão-de-obra da Divisão

de Administração Direta, necessários para o efeito. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à ratificação do executivo camarário o apoio daquela obra, assumindo a realização da mesma pela Divisão de Administração Direta, cujo montante total importa em 5.849,80€. O presente apoio é proposto ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 2.º do Regulamento Municipal de Apoio às Associações Desportivas de Guimarães.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – VITÓRIA SPORT CLUBE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – INSTALAÇÃO DE GRADES NO ESTÁDIO D. AFONSO HENRIQUES – Presente a seguinte proposta: “No dia 24 de julho de 2014, a Direção do Vitória Sport Clube deu conhecimento a esta Câmara Municipal da ocorrência de situações indesejadas na entrada/parte inferior da bancada sul do Estádio D. Afonso Henriques, nomeadamente a pernoita de vários elementos estranhos ao Vitória Sport Clube, que vandalizam toda aquela área e a utilizam como instalações sanitárias, tendo proposto como solução a colocação de grades de proteção, de forma a impedir o acesso ao local, apresentando um orçamento para o efeito no valor de €17.700,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta sequência, e tendo em conta tratar-se de um espaço público, o Departamento de Obras Municipais deslocou-se ao local e efetuou o levantamento e a quantificação dos trabalhos a executar, concluindo que a solução de gradeamento metálico apresentada era a mais adequada e ainda que o orçamento correspondia aos valores do mercado. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à aprovação do executivo camarário, a atribuição de um apoio no valor de €21.771,00 destinado a suportar, a título excecional, o



pagamento referente à aquisição e colocação de um gradeamento metálico sob a banca sul do Estádio D. Afonso Henriques. O presente apoio é proposto ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 2.º do Regulamento Municipal de Apoio às Associações Desportivas de Guimarães.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -

DIVERSOS – CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE GONDAR –

OFERTA DE BANDEIRA – Presente a seguinte proposta: “O Centro Social e Paroquial de Gondar, Instituição Particular de Solidariedade Social, solicitou a cedência a título definitivo de uma bandeira do Município de Guimarães. Informa-se que existe nos Serviços uma bandeira do Município disponível para este efeito, cujo custo atual se estima em €88,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta conformidade, proponho a oferta de uma bandeira do Município à referida Instituição.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PÚBLICO – O Presidente da Câmara perguntou ao público presente se queria intervir, tendo-se inscrito um conjunto de cidadãos, cujas intervenções a seguir se enunciam.-----

Balbina Pimenta - Saudou a iniciativa de hoje felicitando o Presidente da Câmara pelo cumprimento desta promessa eleitoral. Disse, ainda, reconhecer que o atual Presidente da Câmara está a trabalhar bem, solicitando empenho no investimento em Pevidém.

Maestro Vasco Silva Faria - Disse querer agradecer à D. Balbina Pimenta, anterior Presidente da Junta de Freguesia de Selho S. Jorge, o apoio que sempre prestou à Banda Musical de Pevidém, estendendo o agradecimento ao Presidente da Câmara Municipal de Guimarães também pelo apoio concedido. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Silvares – Cumprimentou

todos os presentes enaltecendo a realização de reuniões descentralizadas e incentivando o Presidente da Câmara para uma proximidade efetiva com o concelho. -----

Presidente da Câmara - Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** – Na sequência da intervenção da D. Balbina Pimenta disse ser escravo das suas palavras e compromissos. Disse, ainda, estar a trabalhar para a concretização de projetos para a Vila de Pevidém constatando, contudo, haver projetos ambiciosos que se alongam no tempo. **b)** - Ao Maestro Vasco Silva Faria disse ser profundo admirador do seu trabalho, tendo tido já a oportunidade de assistir ao desempenho da orquestra. **c)** - Finalmente, disse aos Presidentes de Junta aqui presentes, aos representantes da Direção da Escola e demais presentes que tudo fará para que a ação política seja sempre respeitada, com a concretização dos projetos previstos para esta zona. -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara informou que a próxima reunião descentralizada se realizará na Vila de S. Torcato, em data a anunciar. -----

PELAS TREZE HORAS E VINTE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----